

REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

CDU-02:061.25(05)(081)

Publicação trimestral

Convênio com o Instituto Nacional do Livro

Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários

Rua Avanhandava, 40, conj. 110

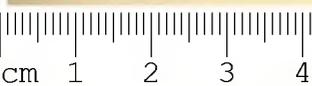
São Paulo – Brasil

Editor – FEBAB

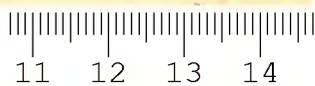
Diretor – Bibliotecária Laura Garcia Moreno Russo

Secretário responsável – Jornalista Etuji Nakashima

Colaboradores

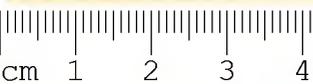


Digitalizado
gentilmente por:

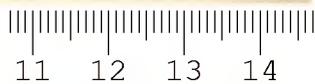


REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Órgão oficial da FEBAB
patrocinado pelo INL



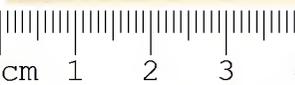
Digitalizado
gentilmente por:



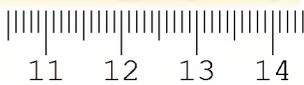
REVISTA BRASILEIRA de BIBLIOTECONOMIA e DOCUMENTAÇÃO. (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários) São Paulo, 1973-

1973, 1 (1/3)

CDU: 02: 061.25(05)(81)



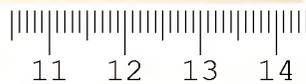
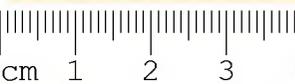
Digitalizado
gentilmente por:

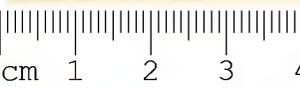


REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

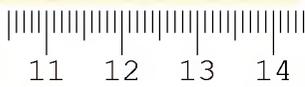
S u m á r i o

Editorial	5
Legislação	7-23
Semana Nacional da Biblioteca	24-40
Problemas das Bibliotecas Universitárias Brasileiras	41-43
Os processamentos técnicos dificultam ou aceleram a informação?	44-48
Descrição de funções	49-51
Instituto Nacional do Livro	52-71
IBBD/CDU – IBBD	72-97
Noticiário Nacional	98-103
Noticiário Internacional	104-107





Digitalizado
gentilmente por:



EDITORIAL

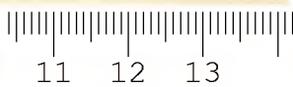
A REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, órgão da FEBAB, saúda em seu primeiro número a Sua Excelência o Ministro da Educação e Cultura, Dr. Jarbas Gonçalves Passarinho, Maria Alice Barroso, Diretora do Instituto Nacional do Livro e os Bibliotecários do Brasil.

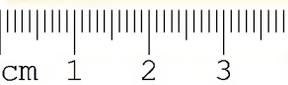
Aspira continuar como mensageiro de classe, substituindo o FEBAB, boletim informativo que, durante doze anos, procurou documentar as atividades desenvolvidas nesse período de intensas transformações no campo profissional.

Nossa época se caracteriza pelo impressionante número de publicações periódicas, que aparecem frequentemente. A maioria, porém, tem vida fugaz.

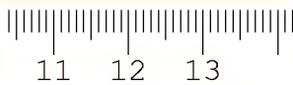
A tenacidade demonstrada com a publicação do FEBAB, boletim informativo, há de continuar a produzir bons frutos, mormente agora que o Ministério da Educação e Cultura, por seu dinâmico Instituto Nacional do Livro, reconhece a necessidade da existência de uma REVISTA, que represente nosso desenvolvimento nos campos da Biblioteconomia e da Documentação.

A FEBAB espera receber críticas construtivas e a indispensável colaboração dos bibliotecários e de todos os que se interessam pelos problemas do livro e das bibliotecas.





Digitalizado
gentilmente por:



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA 29 CFE DE 30 DE JUNHO DE 1972

O Presidente do Conselho Federal de Educação, no uso de suas atribuições legais, com o fim de dar continuidade ao reexame dos currículos mínimos e duração dos cursos superiores, de acordo com a Indicação nº 8-60-CFE, resolve:

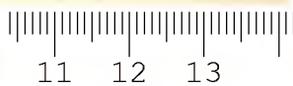
Designar os seguintes Conselheiros para integrarem as Comissões Especiais para o reexame dos currículos mínimos, coordenadas por uma Comissão Central:

I – Comissão Especial para Agrimensura, Ciências Atuárias, Engenharia, Estatística, Física (Licenciatura), Química (Licenciatura), Química Industrial, Matemática (Licenciatura) e Tecnologia – Conselheiros Tharcísio Damy de Souza Santos, Coordenador, Luiz de Freitas Bueno e Heitor Gurgulino de Souza.

II – Comissão Especial para Agronomia, Ciências Biológicas (Licenciatura), Educação Física e Técnica Desportiva, Enfermagem (Geral, Obstetrícia e de Saúde Pública), Farmácia, Fisioterapia e Terapêutica Ocupacional (Licenciatura), Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição e Odontologia – Conselheiros José Carlos Fonseca Milano, Coordenação, Mariano da Rocha Filho, Roberto Figueira Santos, Alaor de Queiroz Araujo e Eduardo Zaccaro Faraco.

III – Comissão Especial para Administração, **Biblioteconomia**, Contabilidade, Direito, Economia, Economia Doméstica, Estudos Sociais, Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, História, Comunicações, Matérias Pedagógicas (Licenciatura), Orientação Educacional, Pedagogia, Psicologia, Serviço Social e Relações Públicas – Conselheiros José Barreto Filho – Coordenador, Esther de Figueiredo Ferraz, Vicente Sobrino Pôrto, Alberto Deodato Maia Barreto, Valnir Chagas, Newton Suppira, Pe. José Vieira de Vasconcelos, Daniel Queima Coelho de Souza, Lena Castello Branco Ferreira da Costa, Antonio Martins Filho, Paulo Nathanael Pereira de Souza e Benedito de Paulo Bittencourt.

IV – Comissão Especial para Arquitetura e Urbanismo, Desenho (Licenciatura), Letras (Licenciaturas completas), Música, Museologia e Teatro – Conselheiros Tarcísio Meirelles Padilha – Coordenador, Maria Terezinha Tourinho Saraiwa, Nair Fortes Abu-Merhy, Abgar Renault e Edília Maria Coelho Garcia.



V – Comissão Central: Conselheiros Newton Sucupira, Presidente, José Carlos Fonseca Milano, Tarcísio Meirelles Padilha, Tharcísio Damy de Souza Santos e Valnir Chagas. – *Roberto Figueira Santos*.

Publicado no Diário Oficial da União, em 11-7-1972, p. 6075, Seção I, Parte I, complemento da Portaria nº 4, publicada em 15-2-72, p. 1344.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA PORTARIA 911, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1972

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, no uso de suas atribuições e considerando o Decreto 71407, de 20 de novembro de 1972, que transformou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos em Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e lhe fixou a estrutura básica, resolve:

ARTIGO 1º – Fica extinto, a contar de 31 de dezembro de 1972, o Serviço de Recursos Audiovisuais de Curitiba, elemento que integrava o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

ARTIGO 2º – O acervo de bens móveis do aludido Serviço será cedido à Universidade Federal do Paraná, para ser utilizado por sua Faculdade de Educação.

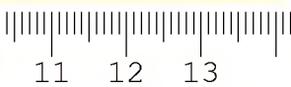
ARTIGO 3º – O pessoal em exercício naquele Serviço, será redistribuído por órgãos do Ministério da Educação e Cultura, localizados em Curitiba.

ARTIGO 4º – A Técnica de Educação, EC.701.20.A, Malba Santiago Ferreira, Diretora do Serviço de Recursos Audiovisuais, de Curitiba, procederá no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, à liquidação do acervo do Serviço, adotando as medidas administrativas cabíveis.

ARTIGO 5º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jarbas Gonçalves Passarinho.

Publicada no Diário Oficial da União, em 5-1-1973, p. 145, Seção I, Parte I.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
BIBLIOTECA NACIONAL

PORTARIA 912, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1972

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que consta do Processo 104.595-71 e seus anexos, resolve:

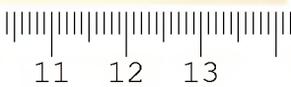
ARTIGO 1º – Prorrogar, até 31 de dezembro de 1973 as atividades do Grupo-Tarefa, constituído na Biblioteca Nacional, nos termos da Portaria número 138-BSB, de 28 de fevereiro de 1972, sob a gerência de Jannice de Mello Monte-Mor, na categoria de Gerente II, cabendo-lhe designar os demais componentes do referido Grupo que, a partir de 1-1-73, tem a seguinte constituição:

- 1 Gerente II
- 3 Assessores IV
- 1 Assessor III
- 1 Assessor II
- 2 Auxiliares IV

ARTIGO 2º – Os servidores públicos, em atividade que participarem do Grupo Tarefa, terão descontada de sua remuneração a importância recebida como vencimento ou salário e, se for o caso, suspender-se-á o pagamento da gratificação de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, enquanto estiverem no desempenho dos encargos deste Grupo, observado o que estabelecem os parágrafos 1º e 2º do artigo 3º da Portaria 366-BSB, de 9 de maio de 1972.

ARTIGO 3º – As despesas decorrentes serão atendidas à conta dos recursos próprios do Departamento de Assuntos Culturais.

ARTIGO 4º – O Grupo-Tarefa, ao final dos trabalhos, apresentará à Secretaria Geral por intermédio do Diretor do DAC relatório circunstanciado de suas atividades, sem prejuízo de outros parciais que, oportunamente, lhe forem solicitados e na forma do Projeto de sua constituição e da proposta de prorrogação, apresentados a este Ministério.



ARTIGO 5º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. – Jarbas Gonçalves Passarinho.

Publicada no Diário Oficial da União, em 5-1-1973, p. 307, Seção I, Parte I.

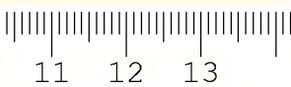
**FUNDAÇÃO CENTRO NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL (CENAFOR)**

PORTARIA 903-BSB, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1972

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do artigo 10, do Estatuto da Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR), aprovado pelo Decreto 65.322, de 10 de outubro de 1969, resolve:

Designar o Doutor Wilson Vieira de Carvalho, membro suplente do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, junto ao Conselho Técnico Administrativo da Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (CENAFOR). – Jarbas G. Passarinho.

Publicado no Diário Oficial da União, em 5-1-1973, p. 307, Seção I, Parte I.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

Portaria 71, de 29 de dezembro de 1972.

O Presidente do Conselho Federal de Educação, no uso de atribuição legal e nos termos do Parecer 1.475-72, resolve:

Art. 1º — Os pedidos de reconhecimento de escolas ou cursos superiores, da competência do Conselho Federal de Educação, deverão atender às exigências de preenchimento de um conjunto de formulários, abrangendo os elementos necessários à apreciação do funcionamento do estabelecimento de ensino, desde a sua autorização.

Parágrafo único. Constituem parte integrante da presente portaria o conjunto de formulários a que se refere este artigo, e o Manual de Instruções, que orienta o seu preenchimento.

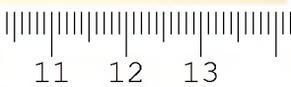
Art. 2º — A parte interessada dará entrada, no protocolo do CFE, a um original e 30 cópias dos formulários, acompanhados de uma só via da necessária documentação.

Art. 3º — No âmbito da sua competência legal, o Conselho Federal de Educação promoverá a verificação das escolas para efeito de reconhecimento.

Art. 4º — As Comissões Verificadoras, designadas pelo Presidente do Conselho, serão constituídas, no mínimo, de dois professores de disciplinas constantes do currículo do curso em via de reconhecimento, sempre que possível portadores de diplomas do mesmo curso.

Parágrafo único. Quando a verificação incidir, na mesma ocasião, sobre dois ou mais cursos, de uma só escola, havendo afinidade entre eles, poderão os membros da Comissão encarregar-se de verificar mais de um curso, nos termos da portaria que os designar.

Art. 5º — A Secretaria Geral do Conselho manterá cadastro de professores que poderão encarregar-se das verificações.



Art. 6º — As despesas com as verificações serão custeadas pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, nos termos da Resolução 31-72 daquele órgão, de 10 de outubro de 1972.

Art. 7º — A Comissão Verificadora, atendendo ao que consta do Manual do Verificador, elaborado pelo Conselho, examinará "in loco" as condições de funcionamento da escola ou curso, confrontando-as com a descrição constante do pedido de reconhecimento, preenchendo os espaços a ela destinados nos respectivos formulários.

Parágrafo único. Concluído o seu trabalho, a Comissão emitirá declaração expressa, a ser anexada ao processo, sobre se há ou não coincidência exata entre o que vem descrito nos formulários e o que resultou da sua observação "in loco", remetendo todo o processado ao Conselho para exame e parecer da Câmara de Ensino Superior.

Art. 8º — O Relator do processo, após exame dos formulários, da documentação e da conclusão da Comissão Verificadora, emitirá o seu voto e o submeterá à apreciação da Câmara de Ensino Superior.

Parágrafo único. As cópias dos formulários, encaminhadas pela mantenedora, serão distribuídas aos Conselheiros quando da discussão do parecer respectivo, na Câmara e no Plenário.

Art. 9º — O parecer emitido pela Câmara, após apreciar o voto do Relator, será submetido ao Plenário do Conselho.

§ 1º — As decisões do Plenário, favoráveis ao reconhecimento da escola ou curso, serão encaminhadas ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura para homologação e subsequente emissão de Decreto Presidencial.

§ 2º — Sempre que o Plenário decidir por diligência, será o processo restituído à mantenedora para cumprimento das exigências, no prazo estabelecido, dentro do qual a entidade deverá encaminhar novos formulários em substituição àqueles sobre os quais incidir a diligência e, se assim determinar o Conselho, submeter-se a nova verificação.

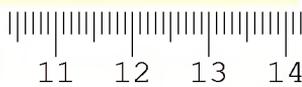
§ 3º — Quando o Plenário deliberar pelo indeferimento, a peticionária será informada das razões em que se baseia a decisão e o processo será arquivado.

Art. 10 — Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 1º de março de 1973, revogadas as disposições em contrário.

Conselho Federal de Educação de Brasília, 29 de dezembro de 1972.

Roberto Siqueira Santos.

D.O.União, em 1-2-73, p. 1185, Seção I, Parte I.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor – MIGUEL REALE

Resolução 123, de 5-2-73.

Dispõe sobre a constituição, organização e atribuições da Coordenadoria de Atividades Culturais (CODAC).

Miguel Reale, Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais e "ad referendum" do Conselho Técnico-Administrativo, baixa a seguinte Resolução:

Artigo 1º – A Coordenadoria de Atividades Culturais (CODAC), criada pelo item V do artigo 26 do Estatuto da Universidade de São Paulo, tem por finalidade promover atividades de caráter cultural, destinadas à divulgação dos conhecimentos e progressos verificados nas ciências, letras, artes e na técnica.

Artigo 2º – A CODAC será dirigida e administrada por um Coordenador designado, em comissão, por ato do Reitor, dentre os membros do corpo docente.

Artigo 3º – Ficam subordinados à CODAC os seguintes órgãos.:

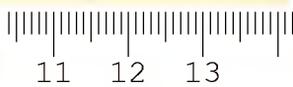
- I – a Divisão de Biblioteca e Documentação;
- II – a Divisão de Difusão Cultural;
- III – a Divisão de Relações Públicas;
- IV – o Serviço de Atividades Auxiliares.

Artigo 4º – A Divisão de Biblioteca e Documentação compreende os seguintes órgãos:

- a) a Biblioteca Central;
- b) o Serviço de Informação e Reprografia.

§ 1º – À Biblioteca Central subordinam-se:

- a) a Seção de Processos Técnicos;
- b) a Seção de Bibliografia e Referência;
- c) a Seção de Catálogo Coletivo.



§ 2º – O Serviço de Informação e Reprografia abrange:

- a) a Seção de Documentação e Informática;
- b) a Seção de Impressão e Reprografia;
- c) a Seção de Fotografia e Microfilmagem.

Artigo 5º – À Divisão de Difusão Cultural subordinam-se:

- a) a Seção de Bolsas;
- b) a Seção de Cursos e Conferências;
- c) a Seção de Intercâmbio Universitário.

Artigo 6º – À Divisão de Relações Públicas subordinam-se:

- a) o Serviço de Divulgação e Imprensa;
- b) a Seção de Recepção;
- c) a Seção de Promoção de Eventos.

Artigo 7º – O Serviço de Atividades Auxiliares abrange:

- a) Seção de Expediente;
- b) Seção de Contabilidade;
- c) Seção de Material.

Artigo 8º – Compete à Divisão de Biblioteca e Documentação:

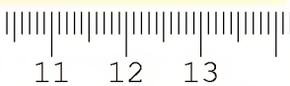
I – atuar como órgão coordenador de atividades biblioteconômicas e documentárias, com o fim de incrementar o entrosamento entre bibliotecas e centros documentários das Unidades Universitárias e dos demais de caráter científico-cultural do país e do exterior;

II – atuar como órgão central normativo, visando à racionalização e uniformização dos métodos de trabalho e dos critérios de planificação de acervos, para que as bibliotecas e documentações técnicas, científicas e artísticas da USP venham a constituir uma Rede Universitária de Informações Técnico-Científicas, capaz de se integrar em programas nacionais e internacionais de cooperação;

III – atuar como centro regional de informações bibliográficas;

IV – funcionar como sede dos Catálogos Coletivos de livros e periódicos, no âmbito do Estado de São Paulo;

V – prestar assistência às Unidades Universitárias na importação de material bibliográfico e congêneres, sempre que solicitada;



VI – reunir, organizar e difundir acervo bibliográfico e audiovisual integrado por coleções de obras de referência e de informação bibliográfica, bem como pelas publicações da USP;

VII – manter intercâmbio com instituições congêneres do país e do exterior;

VIII – colaborar no planejamento de bibliotecas e atividades documentárias no âmbito universitário;

IX – oferecer oportunidades para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal no campo da biblioteconomia e ciências afins; ,

X – organizar e manter acervo constituído para fins de referência, bem como pelo material bibliográfico mais antigo, que não seja do interesse específico das demais bibliotecas da USP, desde que, neste caso, haja condições para recebê-lo;

XI – conservar e manter acervo bibliográfico de natureza complementar aos das Unidades da USP;

XII – elaborar publicações de caráter bibliográfico e documentário, de interesse da USP;

XIII – analisar e divulgar a produção bibliográfica técnico-científica, de interesse da USP;

XIV – coordenar os esforços referentes aos estudos de sistemas mecanizados e automatizados e sua aplicação aos processos biblioteconômicos e documentários no âmbito da USP;

XV – promover a reprodução de documentos pelos diferentes meios reprográficos, para atender a cientistas, pesquisadores e demais estudiosos;

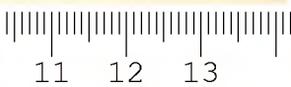
XVI – manter intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras, visando a obtenção de cópias reprográficas;

XVII – encarregar da impressão, por processos reprográficos e outros meios ao seu alcance, dos trabalhos emanados dos diversos setores da CODAC e de outros trabalhos de interesse da USP;

Artigo 9º – Compete à Divisão de Difusão Cultural:

I – organizar cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão universitária, de conformidade com o que for aprovado pelos órgãos competentes da Universidade de São Paulo;

II – patrocinar curso de divulgação cultural, seminários e conferências, autorizados pelos órgãos competentes;



III – manter intercâmbio cultural com entidades do país ou do exterior, informando as Unidades e órgãos universitários interessados;

IV – expedir os certificados relativos aos cursos referidos no item II, atendidas as normas regulamentares;

V – preparar e instruir os processos de bolsas de estudo, providenciando o expediente respectivo para julgamento da Comissão de Bolsas, e secretariar as suas reuniões;

VI – manter cadastro atualizado para fins de divulgação dentro e fora da Universidade, das bolsas de estudo e dos estágios de aperfeiçoamento no país e no exterior;

VII – manter o cadastro do corpo docente da Universidade com os respectivos dados bio-bibliográficos;

VIII – coletar e elaborar dados estatísticos, relativos às atividades docentes da USP;

IX – manter registro atualizado dos convênios aprovados pela USP, com outras entidades do país ou do estrangeiro;

X – incumbir-se da versão ou tradução de textos de interesse da Reitoria ou das demais Divisões da CODAC.

XI – prestar apoio às Unidades e demais entidades da USP, no tocante às atividades culturais.

Artigo 10 – À Divisão de Relações Públicas compete:

I – planejar e coordenar a execução das atividades próprias de relações públicas, interna e externamente;

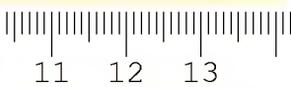
II – executar a política de relações públicas da USP;

III – manter acervo informativo sobre a Universidade de São Paulo, coligindo e avaliando dados;

IV – propor e realizar estudos destinados a esclarecer a opinião pública sobre os objetivos da USP, visando a sua integração na comunidade;

V – manter colaboração com entidades públicas e privadas que atuam na área da informação, tendo em vista os fins culturais da USP;

VI – utilizar-se dos meios de comunicação para tornar conhecidas as atividades universitárias, valendo-se dos órgãos técnicos e especializados da USP;



VII – orientar a confecção de impressos e demais veículos de informação jornalística, de caráter periódico ou não, para publicidade dos eventos culturais, em geral, de interesse da USP;

VIII – dar apoio a qualquer evento promovido pela USP ou realizado com a colaboração desta, em tudo que diga respeito a relações públicas;

IX – organizar e manter serviços de recepção e informação para visitantes da USP.

Artigo 11 – Ao Serviço de Atividades Auxiliares compete:

I – incumbir-se dos serviços administrativos necessários ao bom andamento de todos os setores da CODAC, permitindo a estas concentrar-se em suas atribuições específicas;

II – encarregar-se do trabalho de expediente, datilografia, recebimento, distribuição e expedição de correspondência, mantendo o arquivo administrativo e cadastros de endereços para as diversas finalidades;

III – controlar o andamento de processos e serviços solicitados;

IV – incumbir-se do controle de frequência e horários do pessoal em exercício na CODAC, e correspondente entrosamento com a Divisão de Pessoal da RUSP;

V – planejar e controlar o movimento econômico-financeiro dos diversos setores da CODAC e manter os contatos necessários com a Divisão de Contabilidade e a Tesouraria da RUSP;

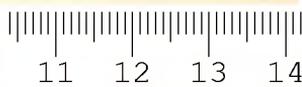
VI – proceder à elaboração de orçamentos de serviços a executar, bem como ao recolhimento à Tesouraria Central da Reitoria do numerário arrecadado;

VII – coordenar as compras, fiscalizar o patrimônio e o consumo de material;

VIII – zelar pela conservação do maquinário e instalações da CODAC, solicitando assistência técnica a sua manutenção e recuperação.

Artigo 12 – As despesas decorrentes da presente Resolução correrão à conta das verbas próprias do orçamento vigente.

Artigo 13 – Enquanto a CODAC não dispuser de orçamento próprio as funções conferidas pelo artigo 11 da presente Resolução continuarão a ser exercidas pelos órgãos competente do Departamento de Administração da Reitoria.

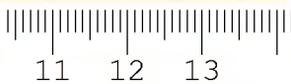
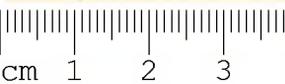


Artigo 14 — Ficam expressamente revogadas as Resoluções 116 e 120, respectivamente, de 24 e 31 de janeiro de 1973.

Artigo 15 — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser expedido o respectivo Regimento, dentro do prazo de 120 dias, a partir de sua aprovação pelo Conselho Técnico-Administrativo.

D.O. do Estado de São Paulo, em 6-2-1973, p. 36-37.

..... o o o



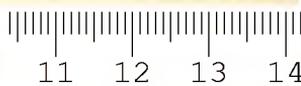
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENSINO

REGIMENTO INTERNO DAS ESCOLAS DO 1º GRAU

Capítulo 3º
DA BIBLIOTECA

- ARTIGO 72 – A Biblioteca deverá ser o local onde se realizem atividades para desenvolver o gosto dos alunos e ex-alunos pela leitura de textos e pela pesquisa bibliográfica.
- ARTIGO 73 – A Biblioteca reger-se-á por regulamento próprio, aprovado pelo Setor de Instituições Auxiliares da Escola, do Departamento Municipal de Ensino.
- ARTIGO 74 – A Biblioteca funcionará de forma a atender às necessidades de todos os alunos da escola.
- ARTIGO 75 – A organização e o funcionamento da Biblioteca será determinada pela Direção da escola, em conformidade com a orientação do Setor de Instituições Auxiliares da Escola.

Diário Oficial do Município de S. Paulo, em 10-1-1973, p. 17-18.



CÂMARA FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº

DE 1973

Obriga a inclusão da "ficha catalográfica" nos livros publicados no País e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA

Art. 1º – Ficam obrigados os editores e autores do País a adotar o sistema de catalogação-na-fonte em todo livro publicado.

§ único – Para efeito da presente lei, entende-se por catalogação-na-fonte o sistema que permite a catalogação do livro, antes de sua publicação, de maneira que a ficha catalográfica possa ser impressa no verso da página de rosto.

Art. 2º – Compete ao Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro e da Biblioteca Nacional; ao Conselho Nacional de Pesquisas, através do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, a fiscalização do cumprimento desta lei.

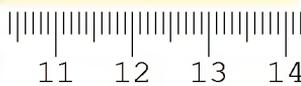
Art. 3º – Pela não observância do disposto no art. 1º, incorrerá a editora ou o autor da obra em multa correspondente a cinco maiores salários mínimos do País.

§ 1º – Em caso de reincidência, a multa será cobrada em dobro.

§ 2º – Persistindo a infração, será suspenso o direito de funcionamento da editora até o efetivo cumprimento dos dispositivos desta Lei.

§ 3º – Em caso da obra ser publicada sob a responsabilidade de seus respectivos autores, persistindo a infração, as edições serão apreendidas pelo MEC.

Art. 4º – O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua publicação.



Art. 5º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salã das Sessões, 29 de março de 1973.

JUSTIFICATIVA

Catálogo-na-fonte consiste na impressão da ficha catalográfica no próprio livro.

A catalogação-na-fonte objetiva primordialmente:

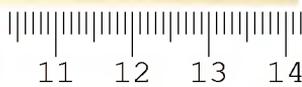
- a) normalizar as entradas dos catálogos bibliográficos;
- b) facilitar o intercâmbio das informações bibliográficas, quer no âmbito nacional como no internacional;
- c) facilitar a alimentação das informações em sistemas mecânicos ou eletrônicos de processamento de dados.

Dois categorias diversas de profissionais são beneficiadas com a catalogação-na-fonte: bibliotecários e editores. Aos primeiros evita a duplicação irracional de esforços humanos, visando uma mesma finalidade: a catalogação de determinado livro. Aos editores contribui para a uniformização dos catálogos e do registro de nomes de autores e títulos em listas bibliográficas.

Não se justifica a repetição de esforços de vários grupos, visando a um mesmo fim.

Embora a idéia original de se publicar dados bibliográficos nos próprios livros date da segunda metade do século XIX, quando Max Müller, da Bodlein Library, na Inglaterra, e Justin Winsor, bibliotecário do Harvard College, nos Estados Unidos, a conceberam quase que simultaneamente, pode-se dizer que a primeira experiência efetiva de catalogação-na-fonte foi desenvolvida pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América do Norte.

As primeiras tentativas realizadas na Biblioteca do Congresso Norte-Americano, remontam ao ano de 1958; a idéia tomou vulto em 1970, provocando uma série de entendimentos entre bibliotecários e editores, resultando no estabelecimento de um projeto-piloto de "Catalogação na Publicação" (CIP) a ser executado pela referida Biblioteca, a partir de julho de 1971. Este projeto-piloto prevê inicialmente a catalogação de livros das editoras comerciais, e espera, no futuro, atingir todas



as formas de informação registrada, abrangendo publicações oficiais e estendendo-se a documentos não impressos. Na elaboração do projeto-piloto, levou-se em consideração a automação das bibliotecas. Esperam os bibliotecários norte-americanos que essa experiência permita a avaliação real do projeto, a fim de que, corrigidos os erros, possa o mesmo ser adotado em caráter definitivo, em nível nacional e internacional.

Julgamos importante, nesta justificativa, enfatizar a amplitude do programa CIP, ora em implementação nos Estados Unidos, e realçar seu objetivo universal. Este programa oferecerá novas e incalculáveis perspectivas ao aceleração e troca de informações.

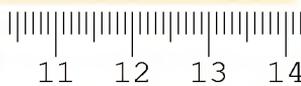
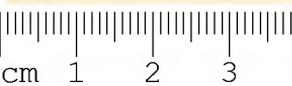
O mundo vive o fenômeno da explosão da informação. É imperativo que o mesmo seja controlado. Lembramos que enquanto são necessários 35 anos para a população da terra dobrar, apenas em 14 meses o volume de informação existente no mundo duplica. Esta crescente massa de informações afeta diretamente o comportamento humano, pois não existe qualquer limite físico para sua geração, processamento e acumulação. Radicais transformações serão causadas em nossa cultura por esse explodir fantástico de informações.

A SITUAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, algumas tentativas têm sido feitas no sentido de que seja adotada, em plano nacional, a catalogação-na-fonte. O III Congresso de Editores e Livreiros do Brasil, em 1952, recomendou que fossem dadas informações bibliográficas nas obras publicadas pelas editoras, as quais seriam fornecidas pela Biblioteca Nacional e pelo Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Embora não tenha sido concretizada, a idéia não morreu por completo, pois esporadicamente encontramos fichas catalográficas impressas em publicações de bibliotecas e outras entidades culturais, bem como de editoras comerciais, como por exemplo a Companhia Editora Nacional, de São Paulo, que as vem publicando em livros de algumas de suas séries desde 1962.

A Editora Universidade de São Paulo exige os dados catalográficos nos livros que publica em co-edição com as editoras comerciais. Em maio de 1972 o Conselho Estadual de Cultura de São Paulo adotou a mesma medida.

O Instituto Nacional do Livro, através do "Programa do Livro Texto para o Ensino Superior" (PLITES), cujo principal objetivo é o de coeditar textos básicos



de autores nacionais e/ou estrangeiros, nas diversas áreas do ensino superior, faz incluir a ficha catalográfica em todas as obras editadas por esse programa. Também, as obras emanadas do Instituto Nacional do Livro incluem a ficha catalográfica.

No III Encontro de Editores e Livreiros, realizado em Serra Negra, em agosto de 1970, a Câmara Brasileiro do Livro teve a oportunidade de apresentar um trabalho sobre catalogação-na-fonte, propondo a publicação de informações catalográficas nas obras impressas pelas editoras comerciais do Brasil. Propôs, ainda, a criação de centros regionais ou estaduais para a realização do serviço, assim também como a participação do Governo no empreendimento. As recomendações tiveram aprovação plena da assembléia e foram ratificadas no IV Encontro, realizado em São Lourenço, Minas Gerais, em junho de 1971. Atendendo a essas recomendações, foram criados dois Centros de catalogação-na-fonte, um em São Paulo, pela Câmara Brasileira de Livros, os quais iniciaram suas atividades, respectivamente, em 1º de julho de 1971 e novembro do mesmo ano. Esses Centros destinam-se a catalogar as publicações das editoras comerciais e estabelecem entre si intercâmbio para fins de normalização.

Para que a catalogação-na-fonte tenha êxito e possa ser amplamente utilizada, é necessário que seja centralizada, mormente para fins de normalização das entradas de autor, assim como a dos assuntos (descritores) visando também à automação.

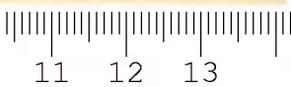
CONCLUSÃO

Para a realização do projeto de catalogação-na-fonte, em âmbito nacional, será indispensável um trabalho coordenado de bibliotecários e editores; não seria justo nem exequível sua realização somente com a participação de editores e de órgãos que as representem.

Impõe-se uma lei que regulamente o processo de catalogação-na-fonte, a fim de que o Livro, esse disseminador de cultura, seja despojado dos entraves que impedem sua rápida tramitação e divulgação, tanto em âmbito nacional como internacional.

Sala das Sessões, em 29 de março de 1973.

Deputado José Roberto de Faria Lima



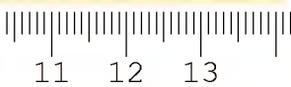
A SEMANA NACIONAL DA BIBLIOTECA

Desde a promulgação do Decreto 884, de 10-04-1962, vêm as Associações de Bibliotecários desenvolvendo importantes atividades, no sentido de por em evidência o valor da biblioteca para o aprimoramento cultural e recreação do povo.

A FEBAB, anualmente, solicita o apoio dos Secretários de Educação e Reitores das Universidades, para que a Semana seja festejada em toda a rede de estabelecimentos de ensino. Cada ano que passa, novas idéias vão surgindo. A princípio as Associações comemoravam a Semana com encontros festivos. Passaram, depois, a comemorá-la com Cursos de Aperfeiçoamento para seus associados. Ultimamente, a pedido da FEBAB, muitas Associações vêm desenvolvendo atividades diferentes: organizam escalas de visitas aos estabelecimentos de ensino, onde os bibliotecários associados e estudantes de biblioteconomia, comparecem para falar das bibliotecas e do auxílio que elas podem prestar aos estudantes. Estamos, assim, atingindo os objetivos da Semana Nacional da Biblioteca, que são, estimular o gosto pela leitura e o respeito aos livros.

Os bibliotecários paulistas convidaram o Ministro da Educação e Cultura Dr. Jarbas Gonçalves Passarinho, para encerrar as solenidades, com que foi comemorada a SNB, em São Paulo. Às 20 horas, do dia 19 de março do corrente ano, cerca de 1.500 pessoas compareceram a Federação do Comércio para receber o Ministro e manifestar a sua exaltação e apreço, pelo que vem realizando em prol da criação e melhoria das bibliotecas brasileiras. A essa brilhante cerimônia estiveram presentes o Representante do Governo do Estado de São Paulo; o Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo, Professor Miguel Reale; o Secretário da Justiça, Dr. Osvaldo Muller da Silva; a Secretária da Educação do Estado, Professora Esther de Figueiredo Ferraz; a Bibliotecária Maria Alice Barroso, Diretora do INL; o Professor Paulo Nathaniel Pereira de Souza, Secretário de Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo; Dr. Nicola Tuma, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, além de outras autoridades que também vieram prestar seu apoio à classe, em uma homenagem merecida ao Ministro da Educação e Cultura do Brasil.

Realmente, foi uma noite de glória para os bibliotecários e para todos que prestigiaram a festa organizada pela Associação Paulista de Bibliotecários, presidida por Antonio Gabriel.



Inezita Barroso, a consagrada cantora do folclore nacional, encantou com sua arte primorosa.

O Coral da Universidade de São Paulo esteve completo na cerimônia. No dizer do próprio Ministro esse "soberbo" coral fez com que as horas deslizassem suavemente até a meia noite.

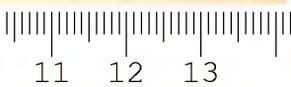
1. A SEMANA NACIONAL DA BIBLIOTECA NA BAHIA

Conferência do Capitão Neljamir da Silva Guimarães – A IMPORTÂNCIA DO BIBLIOTECÁRIO NO PROJETO RONDON.

2. Palestras e exposições nos Estabelecimentos de Ensino de todos os graus.
3. Visitas e palestras nas Bibliotecas Universitárias e escolares do 1º e 2º graus, de Aracaju, Sergipe e de Maceió, Alagoas.
4. Lançamento do Informe "APBEB, 21 anos de realizações" de autoria da bibliotecária Vanda Angélica da Cunha.

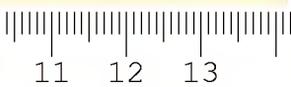
A Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado da Bahia, presidida por Maria Brito, em seu Relatório, enviado à FEBAB exaltou o trabalho de equipe que levou a bom termo o programa da Semana Nacional da Biblioteca, pondo em destaque os nomes das bibliotecárias Alcina Maria G. do Pinho, que coordenou as palestras nas escolas e da bibliotecária Julieta Carteado M. Lopes, que organizou a programação de concursos.

A FEBAB está aguardando notícias das Associações filiadas, para publicar o Relatório Geral das festividades em 1973.





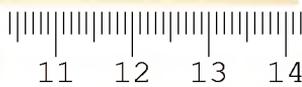
Discurso proferido pelo Ministro da Educação e Cultura, Senador Jarbas Passarinho, na festa de encerramento da Semana Nacional da Biblioteca em São Paulo, no dia 19-3-73.



Esta festa começou precisamente a uma semana em Brasília e dela eu tive oportunidade de participar, com a inauguração do que possivelmente é hoje a maior biblioteca universitária da América do Sul — a Biblioteca da Universidade de Brasília. Naquela ocasião, eu senti profundamente a falta de duas pessoas que hoje se encontram aqui presentes e que são precisamente Maria Alice Barroso e Janice Monte-Mór, diretora do Instituto Nacional do Livro e Diretora da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Hoje, eu gostaria de ser extremamente breve, porque todos nós vivemos encantamentos sucessivos, desde a beleza dos discursos, até a interpretação simplesmente maravilhosa de Inezita Barroso e agora deste coral soberbo. E para agradecer a lembrança que os Bibliotecários do Brasil tiveram de me trazer até aqui para o encerramento desta festa, eu gostaria apenas de falar dos três tempos meus com os livros, dos três tempos meus com a Biblioteca e dos dois tempos apenas com os Bibliotecários.

Meu primeiro tempo com os livros, nascido de um equívoco, equívoco de quem menino, na adolescência, pedia à irmã mais velha que lhe concedesse o direito de escolher os dois livros que o marido dela, todos os meses, mandava buscar na livraria. Quando assumi a cadeira de José de Alencar na Academia Brasileira de Letras, tive a oportunidade de contar este fato. Vivia eu lendo desordenadamente como autodidata, tudo que me vinha às mãos e não há por que espantar-se, pois devo confessar que lia até mesmo os anúncios do xarope São João. Concedida a permissão, eis que me investi da qualidade de iniciante da boa leitura, assim eu supunha, da minha irmã, profundamente católica e pode-se imaginar isto na altura dos anos 30, e os dois primeiros livros que escolhi, trouxe-os da biblioteca, um pela recomendação do seu autor e o outro porque o título me sugeria algo, que me provocara a atenção: Barão de Lavos, de Abel Botelho e a Relíquia, de Eça de Queiroz. Para total desgraça minha, comecei a leitura pelo Barão de Lavos, de Abel Botelho que, como sabemos, conta uma história crua e dolorosa de um homossexual, que naquela altura significava alguma coisa simplesmente atordoante, para a sociedade em que vivíamos, enquanto minha irmã começava a leitura de Relíquia. Mas, já pelo meio do livro, eu estava espantadíssimo, pelo que tinha em mãos, da lavra de Abel Botelho e ela indignada, com as irreverências chocantes de Eça de Queiroz. Antes que chegasse à camisa, famosa camisa dos amores de Eça, que termina por ter a vilania de pretender ser a camisa de Maria Madalena, ela me devolveu o livro indignada, dizendo que me cassava o direito de continuar sendo o seu conselheiro literário. Foi o meu primeiro contato com o livro. O meu segundo contato, lembro-me bem, foi dos livros que eu queria e que não tinha, dos livros didáticos existentes nas casas dos amigos que podiam comprá-los. Meu terceiro contato com os livros, como Ministro da Educação, é vê-los empilhados na minha estante sem tempo de lê-los.

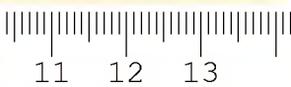


Os meus contatos com as Bibliotecas, os meus tempos com elas. Primeiro, com a que ostentava o nome pomposo de Gabinete de Leitura, às margens do Tocantins, na cidade de Cametá, fechado. E nós, estudantes em férias, buliçosos, entrávamos pelos fundos do edifício para que pudéssemos ler e lá, naquela meia luz da casa fechada, pois que não podia ser aberta, por ordem do prefeito, eu tive o que mais tarde aprendi com Manuel Bandeira dizer, o meu primeiro alumbramento, esbarrando, com o dicionário na mão, que eu lia mais vezes que o próprio texto de Anatole na Ilha dos Pinguins. Dumas, pai e filho, e o impossível francês de Chateaubriand, para um estudante de 4º ano ginasial. Pirandello, como me recordo dele; do falecido Matias Paschoal, lido às escondidas, porque não podíamos revelar a nossa presença naquela biblioteca. O segundo passo foi na Biblioteca Pública na cidade de Belém do Pará, que Inezita nos trouxe, muito particularmente, ao meu coração, através de músicas tão belas, que ela soube interpretar com beleza maior. Quase uma cadeira cativa tinha na Biblioteca Pública o menino pobre que, pela primeira vez, ganhava um prêmio literário na sua escola às custas do bom entendimento recebido nessa biblioteca, para poder ler, o que não era possível de outro modo, a História Universal de Cesar Cantú.

O terceiro passo com as bibliotecas é ajudar Maria Alice Barroso a disseminá-las pelo Brasil, a disseminá-las com o nome de bibliotecas, a disseminá-las em concessão ao Conselho Federal de Cultura, com um nome um pouco mais sofisticado de Casas de Cultura.

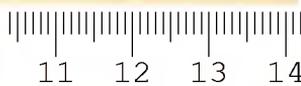
E dois contatos com os bibliotecários, eu diria melhor, com as bibliotecárias. Hoje, numa aula supostamente magna, que fui convidado a proferir, o professor que fez a apresentação se queixava de que aquela, possivelmente, era a única das escolas, onde havia uma preponderância alarmante e altamente nefasta de homens, eu me recordava da evolução das estatísticas brasileiras a partir de 1968, com as mulheres na Universidade. Em 1968, um terço do alunado superior brasileiro era constituído de mulheres e em 1973, é quase de 50%. De 800.000 estudantes brasileiros, praticamente 400.000 moças, mulheres em geral, avós que retornam à escola. E, há dias, ao citar numa aula de abertura no Paraíba, eu dizia: há quem suponha que isto esteja errado. Eu defendo ardorosamente o direito de ver os dois sexos, exatamente os dois, dentro da Universidade. Mais ainda, alguém perguntou a Winston Churchill certa vez, diante deste avanço da mulher na vida contemporânea, qual afinal ele pensava ser o papel da mulher? E o velho Churchill entre duas baforadas de charuto, disse: o mesmo papel desde Adão.

Meu primeiro contato com as bibliotecárias, foi de sementeira. Agradeço à Cacilda Reis ter dito aqui que eu tive a coragem de convidar Maria Alice Barroso. Agradeço à bibliotecária Laura Russo seu erudito discurso e a sua saudação que



praza aos céus eu possa merecer. Mas na verdade é possível que esta justiça de Salomão a que a bibliotecária Cacilda Reis se referiu tenha sido, não propriamente um ardil, mas uma rendição total do ex-ministro do Trabalho, a sua extraordinária companheira de ministério, Maria Alice Barroso. Coragem talvez maior tive eu, ao propor ao Sr. Presidente da República, a nomeação, não vou dizer pela primeira vez, para não ocorrer nas iras daqueles pesquisadores de estatísticas desde Pedro Alvares Cabral que, como vimos, descobriu o Brasil dois meses depois do carnaval. Mas coragem maior diria eu, tive ao levar a Sua Excelência o Presidente, a indicação do nome de Janice Monte-Mór, não por ser Jannice, ao contrário, por que isto me dava mais respaldo, ainda mas por ser uma bibliotecária que ia assumir a direção da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que parecia lugar privativo de grandes escritores brasileiros. Semeei e o segundo tempo é de colheita, a colheita da gratidão que eu recebo hoje. Obrigado.

..... O O O



Discurso proferido pela Diretora do Instituto Nacional do Livro a bibliotecária e escritora Maria Alice Barroso, na festa de encerramento da Semana Nacional da Biblioteca em São Paulo, no dia 19-3-73.

Concretiza-se hoje, aqui em São Paulo, uma antiga aspiração da classe biblioteconômica: a de homenagear o Ministro da Educação e Cultura, Senador Jarbas Passarinho.

Entre homenageado e homenageantes, mercê de Deus, tenho o privilégio de trabalhar com o primeiro e situar-me na classe dos segundos.

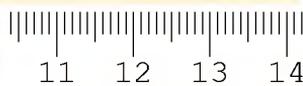
Não farei, portanto, já que pertenço à sua equipe de trabalho, o elogio ao homenageado. Nem apresentarei ao Ministro o louvor à classe que pertenço, pois se a ela pertenço, não me caberia a mim o elogio.

Porém pediria ao primeiro e à segunda a permissão — que não será dada à modesta colaboradora de Sua Excelência nem tampouco à colega de todos vocês — a ser concedida à escritora canhestra que sou, para traçar o perfil do homenageado e caracterizar, em seguida, a classe de bibliotecários brasileiros.

Peço que me cobrem, ao final destas palavras — que reconheço ousado e difícil empreendimento — caso venha a desviar-me do que ora me proponho: a de não elogiar nem ao Ministro nem aos meus colegas bibliotecários.

Faculto-me de trabalhar com o homenageado desde 1967, quando ele então ocupava a Pasta do Trabalho e Previdência Social. Emergia o país de convulsões sociais que levavam, pessimistas e otimistas, a predizerem que o Ministério do Trabalho era uma das Pastas de Governo mais difíceis, cujos conflitos de classe, a ela afetos, se não eram insolúveis, demandariam tempo para encontrar harmonização através do diálogo entre empregados e empregadores. As greves ainda espocavam, senão com a frequência que caracterizava o período findo em 1964, mas ainda com aviolência da contestação e da indisciplina, traduzindo as diretrizes políticas que ditavam as mesmas.

Pertencendo, àquela época, ao quadro de servidores do Ministério do Trabalho, assisti eu à chegada de mais um Ministro, cuja única referência que nos era



dada vinculava-se ao fato de ter governado o Estado do Pará, após o movimento revolucionário de 1964.

E mais não sabíamos, sobre o acreano de Xapuri que, ao visitar o Departamento Nacional do Trabalho, cumprimentou-nos delicada mas sobriamente, com o olhar rápido de quem, em célere revista, pode guardar não só paisagens como também fisionomias.

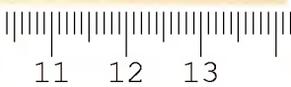
Não saberia eu dizer agora *nem quando foi, nem como foi*: porém fomos sentindo, pouco a pouco, que o ambiente de trabalho, aquilo que se poderia denominar como "rotina burocrática", se transformava: o que se passava a exigir de nós não mais era a fleugmática assinatura de ponto, o cumprimento fiel e britânico de um horário de serviço, mas o envolvimento de cada um de nós nos programas a serem cumpridos. Sem que se atentasse contra a hierarquia, do contínuo ao diretor de Departamento, havia a chamada e a oportunidade para o desempenho esperado e preciso. A indiferença transformava-se, assim, em desejo de participação, pois passávamos a sentir que dentro de cada processo, naquelas folhas que podem ser neutras, se consideradas com impessoalidade, existiam destinos que seriam definidos – para o bem ou para o mal – dependendo da exatidão, do acerto de nossas informações e pareceres.

E acompanhávamos – a princípio sem comentários – depois enveredando pela inevitável troca de opiniões, a trajetória daquele Ministro, que já se localizara em Brasília, mas que, indo à Guanabara, cumpria 12 horas de trabalho como se este fosse um horário habitual no Ministério.

Quando os jornais noticiavam uma greve, já ele, o Ministro, lá estava, transformando os apupos em aplausos, dialogando com os líderes classistas, onipresente nas assembléias sindicais, conscientizando sobre o verdadeiro papel a ser cumprido pelas entidades de classe, ensinando, com o seu exemplo, que o diálogo não humilha nem deforma, mas esclarece e conduz ao entendimento.

Deverei relembra, de sua gestão, a memorável campanha pela emancipação do trabalhador rural, cujos frutos, através de sua aposentadoria, estamos assistindo agora?

Será necessário mencionar o "afrouxo salarial", de criação linguística contestada por alguns empedernidos gramáticos, mas que revelava não apenas uma política salarial de valorização do trabalho, além de uma inventiva de linguagem que nos é permitida, a nós, que temos em nossa literatura um criador como Guimarães Rosa?



Recordarei, ainda, a transferência dos funcionários para Brasília, onde houve a catequese sim, mas nunca a imposição, a ordem expedida em tom ríspido, sem se considerar os problemas humanos de cada funcionário.

Ao final da gestão de Jarbas Passarinho, no Ministério do Trabalho, nós, funcionários, examinávamo-nos e não nos reconhecíamos.

E indagávamos: teria mudado o Ministério ou mudáramos nós?

De um fato, porém, tínhamos certeza: durante aqueles anos, havíamos cumprido ordens, diretrizes, mas nenhuma fora obedecida cegamente, com o desconhecimento das razões que as ditaram. Àquela altura já estávamos compenetrados de que a chama criadora, existente em cada ser humano, ao invés de estorvar, fora bem-vinda, acolhida e até mesmo exigida por aquela administração.

Havia mudado o Ministério, certamente — na medida em que nós, seus funcionários, mudáramos também, contribuindo para essa transformação.

Com a mudança de governo, o então Ministro do Trabalho é convidado pelo novo Presidente da República, General Emilio Garrastazu Médici, para ocupar a Pasta da Educação e Cultura.

Novamente, pessimistas e otimistas — e dentre estes, os mais panglossianos — boquejavam sobre os problemas terríveis daquele Ministério. A estrutura arcaica do ensino já não atendia às exigências de um país em acelerado ritmo de desenvolvimento, a universidade era a única opção — e opção impossível —, para milhares de jovens.

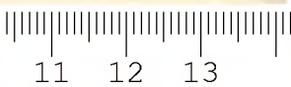
Aqueles, de nós, que haviam testemunhado a metamorfose operada no Ministério do Trabalho e que haviam sido convocados para colaborar com Jarbas Passarinho no Ministério da Educação, não ignoravam mais o processo, as procelas e o produto final da jornada que se iniciava, precisamente, em novembro de 1969.

A reforma administrativa do MEC foi iniciada, implantada, extinguindo estruturas caducas, agrupando órgãos afins, evitando dispersões e redundâncias.

Surgiram as reuniões de diretores, verdadeiros seminários, em que os dirigentes do MEC expõem seus programas, criticam-nos, estabelecem linhas de apoio e de entrosamento.

A Reforma de Ensino, com uma visão do Brasil presente/futuro, revelava-se nesta frase do dirigente máximo do MEC:

“Em verdade, a sabedoria está em saber preservar, no presente, certa dose do passado e saber projetar, no futuro, a dose exata do presente”.



Porém não me posso esquecer de que estou falando, principalmente, para bibliotecários, os bibliotecários paulistas que aqui estão reunidos para homenagear o Senhor Ministro da Educação e Cultura. E não sei de que modo falar a bibliotecários, se não falar de bibliotecas.

Não louvarei o sistema de coedições, outra inovação implantada pelo Ministro Jarbas Passarinho no MEC, porque aqui — lembro aos que me honram com sua atenção — não me propus louvar nem elogiar. Relato fatos e relembro os fastos — tão somente.

Uma política nacional de bibliotecas, realizada com recursos brasileiros, há que ter definições e metas, a curto e a longo prazo.

Propõe-se o MEC, através do INL, a ensejar o surgimento de sistemas estaduais de bibliotecas, no qual a Biblioteca Estadual agirá como a cabeça do sistema, inter-relacionada com as Bibliotecas Públicas Municipais.

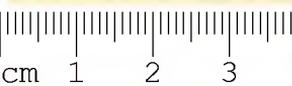
Visando tal objetivo — a longo prazo, sabemos nós todos — assinou o INL convênio com o Conselho Federal de Biblioteconomia, para reunir, no período compreendido entre 19 e 21 de abril do corrente ano, Presidentes dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, Presidente da FEBAB, Presidentes de Associações, Diretores de Faculdades de Biblioteconomia, a fim de, num diálogo franco, estudarmos os desafios surgidos com a Reforma de Ensino, desafios estes que exigem, de nossa parte, uma reforma nos métodos e filosofia da biblioteconomia no Brasil.

Convênios foram firmados com as Faculdades de Biblioteconomia brasileiras — incluindo, pela 1ª vez, as existentes nos Estados do Amazonas e do Pará — visando o pagamento de estagiários nas Bibliotecas Públicas dos Estados convenientes.

Os carros-biblioteca, também através de convênios, estão sendo cedidos, pelo INL, durante o período de 2 anos, às Faculdades de Biblioteconomia, oportunizando aos estudantes o contato com as comunidades rurais.

Lembro aqui — e com grande emoção — o convênio com a FEBAB, presidida pela nossa incansável batalhadora, Bibliotecária Laura Russo, para a publicação da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.

Paralelamente — sempre obedecendo as diretrizes do Ministro Jarbas Passarinho — acaba o INL de firmar convênio com o MOBREAL, para a coedição de obras destinadas aos neo-leitores, a fim de transmitir-lhes o hábito de leitura. Prevendo 3 fases, o projeto MOBREAL-INL, lançará 6 antologias de contos, crônicas e poemas,



a nível do universo vocabular dos neo-leitores. A 2ª fase inclui a adaptação — feita pelos próprios autores — de romances brasileiros. A 3ª fase culmina com a abertura de um grande concurso nacional, para escritores brasileiros que desejem escrever para este público a ser conquistado como frequentadores de nossas bibliotecas públicas.

Abrindo mão da franquia postal, pela 1ª vez em seus 35 anos de existência, o INL pagou o frete de 703.150 exemplares enviados a 1.257 bibliotecas públicas somente no último semestre de 1972, garantindo a chegada dos livros aos pontos de destino.

Em 21-12-1971, o Ministro da Educação e Cultura assinava a Portaria 764, que determinava o registro das bibliotecas brasileiras no INL. No 1º semestre de 1972, registramos 219 bibliotecas e, no 2º semestre, o registro subia para 804 bibliotecas.

Às municipalidades que construíram prédio próprio para a Biblioteca Pública Municipal, o MEC/INL contempla com a doação inicial de 1.000 exs., destinando 150 para a clientela infanto-juvenil.

Visando a formação do hábito de leitura em nossas crianças, desenvolve o MEC um programa de coedições de literatura infantil somente de autores brasileiros, pois, de acordo com a afirmativa do Ministro da Educação, não se pode permitir que as crianças brasileiras cresçam desconhecendo os nossos heróis, o fabulário nacional, as tradições de nosso país, enfim!

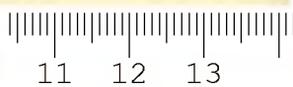
Ministro Jarbas Passarinho:

Há quem denomine Vossa Excelência, em nossa classe, de o "Ministro das Bibliotecas".

Creio, no entanto, interpretar um pouco do pensamento de meus colegas deste grande Estado brasileiro, que é São Paulo, se disser que Vossa Excelência é, também, o "Ministro dos Bibliotecários".

E será falando sobre eles, os bibliotecários, que desejo encerrar estas palavras.

Não os elogiarei nem louvarei. Direi, apenas, que no exercício da profissão, poderíamos chamá-los de místicos, nunca de mistificadores. Humanistas, por



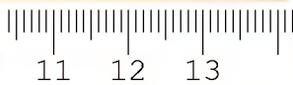
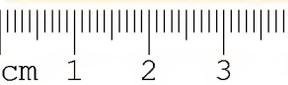
vocação, são também educadores. Não se lhes pode arrebatar essa função, porque só entre eles — os humanistas — se encontra a tradição da dignidade e da beleza do Homem.

Creio que não estaríamos exagerando, em nossa profissão de fé de bibliotecários-humanistas, ao afirmar que o Homem é o dono das contradições que existem por seu intermédio, e por conseguinte é mais nobre do que elas. Mais nobre do que a morte, demasiado nobre para ela, e isto constitui a liberdade do seu cérebro. Mais nobre do que a vida, demasiado nobre para ela, e isto constitui a piedade do seu coração.

Finalmente, se me excedi nesta tentativa de relato da carreira de homem público do homenageado e se me concentrei, em poucas palavras, na caracterização dos homenageantes, é porque, na verdade, não me pude subtrair à classe à qual pertença — e como tal, a ela me alio, agora, para homenagear o Ministro da Educação e Cultura, Senador Jarbas Passarinho.

Muito obrigada.

..... O O O



Honrados sobremaneira com o convite que nos fizeram para saudar uma das mais expressivas e fascinantes figuras de nossa vida pública, não o fazemos sem a consciência nítida de nossos apoucados méritos, mas sinceramente ufanos de ser intérprete de uma homenagem justa a quem tanto devem, os brasileiros em geral e a classe bibliotecária em particular. O perturbador amálgama de inteligência, cultura, competência administrativa e inflexibilidade no cumprimento do dever, faz a composição ideal da personalidade do Ministro que hoje nos honra com a sua presença, encerrando com chave áurea as festividades da Semana Nacional da Biblioteca, instituída pelo Decreto Federal 884 de 1962.

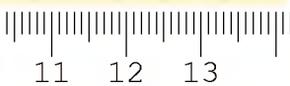
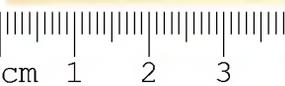
Sabemos que não é fácil a um triunfador que se empenhou em tantos empreendimentos e labores e colheu vitórias de porte, esquivar-se à notoriedade e fugir à posição de realce que alcançou na escalada, mas Vossa Excelência, certamente, vive protegido por um quebra-mar de algodão, transmitindo a impressão, na fisionomia sempre repousada, de que os trabalhos e as preocupações não lhe fazem dano, nem lhe trazem fadiga.

A classe bibliotecária, Senhor Ministro, quis dar a esta solenidade um cunho exclusivo de simplicidade, pedra angular das graças divinas. Podia tê-la revestido de solenidade política, pois seria fácil imprimir-lhe um sentido de consagração pública a quem já muito fez para ser dela merecedor. Preferiram os bibliotecários, no entanto, reunir-se sob o signo da amizade, para trazer-vos a prova da alegria com que acompanham o desenvolvimento dos programas de trabalho do MEC e o vosso êxito na vida pública.

Singela, mas sincera homenagem a quem, através de obstáculos de toda ordem, reprimindo abusos e reconhecendo direitos, vem reerguendo o ensino e a cultura, fazendo obra capaz de assegurar a eficiência do mais complexo e importante órgão da máquina administrativa federal.

É certo que as reformas, uma vez empreendidas, não corrigem logo e radicalmente todas as imperfeições, mas previnem calamidades, removem empecilhos, proscrevem as instituições condenadas pela prática, vencem a rotina e abrem era de esperanças cheia de idéias novas, de vigor e de beleza.

A recente reforma do ensino em todos os níveis, destruiu resolutamente o velho casarão didático e aplainou o terreno para uma construção sóbria e duradoura. A fusão dos ciclos primários e secundários, com a duração de 8 anos, assinala, como fator de expressiva relevância, a materialização do ajustamento da estrutura educa-



cional brasileira, às razões impositivas do desenvolvimento econômico. Coube a V. Excia., sem dúvida alguma, criar no Brasil uma nova visão dos assuntos educacionais, um novo critério para ver, sentir e julgar a nossa realidade.

As bibliotecas, obviamente, fazem parte dessa realidade e daí o apoio e ajuda que vem recebendo do Instituto Nacional do Livro, um dos mais dinâmicos setores de vosso Ministério.

O MOBRAL, movimento que vem despertando a consciência da nacionalidade, para o grave problema do analfabetismo, exige não só deliberada estrutura econômica, mas a mobilização de todas as forças vivas deste país. Isto acontece porque o Presidente Emilio Garrastazu Médici e Vossa Excelência resolveram demonstrar à nação que o verdadeiro progresso de um país, não está na ordem direta de seu crescimento econômico, mas no desenvolvimento integral, do qual o homem é a figura de destaque.

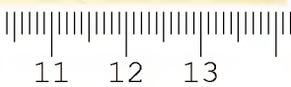
A conquista desse ideal é fator decisivo para que os indivíduos isoladamente, comunidades e a nação inteira possam alcançar o tão almejado bem estar social. O trabalho de alfabetizar milhões de brasileiros, em todas as faixas etárias, é ingente e complexo, envolvendo duas ações: a profilática e a curativa. Na primeira se inclui o dever de garantir, com medidas efetivas, o ensino gratuito e obrigatório aos menores; na ação curativa, a alfabetização de adultos.

O propósito do ensino médio passou a ser o de educar cada aluno, de modo que ele possa desenvolver ao máximo o seu potencial de inteligência e que cada qual consiga dar à comunidade a mais rica contribuição possível.

Para se integrar a esse movimento, o bibliotecário deve conhecer os currículos que se desenvolvem na escola de sua comunidade. Deve assistir às reuniões profissionais, aos treinamentos e a toda atividade que o leve a crescer profissionalmente e a melhorar os serviços que presta.

Nessa mesma linha de bem servir às coletividades de médio e pequeno porte, propiciará um melhor atendimento, que será completo, com a aproximação cada vez maior entre biblioteca escolar e biblioteca pública.

Reconhecemos que a invasão das bibliotecas públicas por estudantes de todos os graus de ensino afasta o consulente adulto e é frequente a queixa de que as salas de leitura não mais oferecem condições necessárias à concentração e ao estudo. Perdem as bibliotecas a oportunidade de facilitar leitura à população adulta, nela se situando os recém-alfabetizados e todos aqueles que procuram o aprimoramento cultural através do livro. Esse fenômeno nos parece grave, tendo em vista que as bibliotecas públicas acompanham o indivíduo durante toda a sua vida, enquanto as oportunidades que as escolas e universidades oferecem, quase sempre são transitórias.



E por que não dizer da situação dessas bibliotecas públicas, onde são evidentes asporeza de acervos, de equipamentos e falta de pessoal habilitado para atender ao público? Com relação à atividade bibliotecária, não bastam as tarefas simples e mecânicas de emprestar livros ou colocá-los sobre as mesas de um salão de leitura. A questão é mais complexa e exige organização coordenada e harmoniosa. A eficiência ou deficiência que acusa uma biblioteca estão em íntima relação com a sua finalidade e com as múltiplas funções que deve desenvolver dentro de seu campo específico de competência: ordenação e conservação de acervos; documentação e informação; leitura, investigação, educação e recreação. Depreende-se, portanto, que a adequação de meios aos fins é indispensável, se quisermos servir à coletividade, difundir o livro e integrar a biblioteca em todas as comunidades.

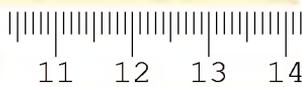
Acompanhando de perto as atividades do Ministério de Educação e Cultura, sabem os bibliotecários que é intenção do Instituto Nacional do Livro estabelecer convênios com bibliotecas municipais, no sentido de serem criadas salas de leitura, onde o recém-alfabetizado adulto possa encontrar bibliografia específica para o seu aprimoramento contínuo. Sabem também, que o mesmo Instituto Nacional do Livro está cuidando de editar obras para esse tipo de leitor, embora já exista como semente da iniciativa o JORNAL DO MOBRAL. Sábias e gloriosas medidas que vem de encontro a necessidades prementes.

Um serviço bibliográfico adequado e eficiente é auxiliar indispensável a qualquer programa de ensino, entretanto, é evidente nossa escassez de bibliotecas escolares. A dificuldade é maior quando se trata de encontrá-las em horários amplos, compatíveis com o público adulto recém-alfabetizado.

O problema, evidentemente, requer exame cuidadoso, mais a sua solução deve ser encontrada a curto prazo, pois é o livro a ferramenta indispensável aos trabalhos escolares, em todos os graus de ensino.

A tudo isto acresce o fato, que ninguém ignora, por mais desatento que seja aos problemas da educação, que o conhecimento do mundo material não basta para criar uma cultura e muito menos uma tradição de cultura. O conhecimento da vida interior que anda por aí tão desprezado, não pode nem se deve tomar a conta de simples luxo, só porque é desprovido de utilidade prática. A verdadeira cultura exige inteligência e sensibilidade. A distinção entre ambas não constitui uma realidade psicológica. Se na investigação científica há necessidade de se afastar as sensações e as paixões, não devemos contudo limitar a capacidade de sentir.

Há poucos dias, assistimos à colação de grau dos novos engenheiros de uma das mais importantes Universidades deste país. O orador da turma usou em seu discurso o tema **FORMAÇÃO DA SENSIBILIDADE DO ACADÊMICO**. Queixou-se da enormidade do campus, onde ninguém conhece ninguém, onde os membros da



mesma turma não se conhecem, porque, pela especialização que escolhem, são forçados a frequentar departamentos diversos. Com o decorrer dos anos eles conseguem distinguir os ruídos de cada máquina e as operações dos computadores extasiavam a quantos deles se aproximam.

Os anos passaram, disse o orador, e nossos ouvidos não foram educados para distinguir os sons musicais e os textos literários não nos comovem mais.

Pobre mocidade que assim ingressa nas lides profissionais, sem saber valorizar um coral, uma peça de teatro, um concerto e mais, uma biblioteca, dizendo a toda gente, **AQUI ESTOU EU PARA INSTRUIR E RECREAR O VOSSO ESPÍRITO.**

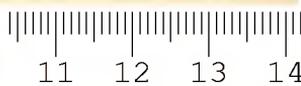
A queixa não é nova. Darwin, numa de suas cartas mais impressionantes, lamentou um dia a sua deficiência de emotividade estética, considerando-a prejudicial a sua inteligência. Para o grande biólogo, essa formação da sensibilidade era, antes de mais nada, condição indispensável e complemento de felicidade humana. Pensar com sensibilidade e sentir com inteligência, deverá ser o caminho para os que não quiserem renovar mais tarde e sem remédio a queixa melancólica de Darwin; a comovedora acusação do nobel engenheiro.

Nenhum bibliotecário presente à cerimônia, deveria estranhar semelhantes declarações, pois não são os computadores os personagens de nossa mitologia urbano-industrial? Pois não são eles instrumentos mágicos que jogam xadrez, fazem poesias e descansam o homem, resolvendo os problemas das grandes empresas? Afinal, mesmo nos países desenvolvidos onde nasceu, a informática sempre orientou o halo de onisciência que a transformou em uma das principais revoluções do século 20. Dominando e manipulando a mais sofisticada das máquinas, ela nunca abandonou a vaidade de substituir seu próprio criador, não apenas nas tarefas mecânicas, como naquilo que ele tem de único: a capacidade de pensar.

Como bibliotecários, não desposamos semelhante desvirtuamento da função de informar e nem acreditamos na substituição do livro pela máquina. Eis porque os livros filmados, os livros sonoros, rádiosonorizados ou televisados são considerados como complementos de leitura. Idéias, conceitos e filosofias de vida, são transmitidos através da influência niveladora do rádio, do cinema e da televisão, mas a experiência nos ensina, sem deixar dúvida, que a leitura de livros permanece como a melhor maneira individual de obter informações e de entrar em contato com inteligências de todas as épocas e de todas as regiões do mundo.

SENHOR MINISTRO

Sabemos ter diante de nós problemas de difícil solução, porém, não esmo-



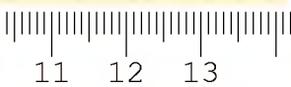
receberá a classe no seu afã cotidiano de contribuir com o seu trabalho, para a gigantesca obra de soerguimento nacional: a educação e cultura do povo brasileiro.

Ao iniciar-se a década de 70 as atividades do homem foram aceleradas, aumentando também suas exigências, motivo pelo qual o papel atual e futuro das bibliotecas está sendo revisado e estudado por pessoas dentro e fora da profissão. Isto é motivo para que nossa classe se sinta orgulhosa quando se confere às bibliotecas tal importância no futuro do homem. Temos sorte ao ser incluídos nos sucessos do dia, já que estes nos proporcionam a oportunidade para atuar. Tanto para que possamos corresponder efetiva e significativamente a essa nova posição, temos que reconhecer e aceitar as mudanças. Para que isto aconteça, devemos nos perguntar: qual é o ritmo de nossa época? eu o compreendo? sou capaz de entendê-lo? estou disposto a trabalhar por ele?

Das respostas positivas a essas interrogações, nascerá por certo o compromisso que sempre requer mais valor do que a tranquilidade do isolamento: a compreensão pessoal de cada membro da classe para que se renovem os velhos valores da biblioteconomia.

Nossa época busca resposta para problemas graves e urgentes e o bibliotecário não deve estar omissivo. A perpetuação de nossos princípios de educação e cultura depende, exclusivamente, do sucesso dos educadores entre os quais se incluem os bibliotecários.

..... O O O



PROBLEMAS DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS

Esmeralda Maria de Aragão
Professora da Escola de Biblioteconomia
e Comunicação
Chefe da Biblioteca da Faculdade de Di-
reito da Universidade Federal da Bahia

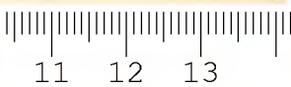
Os problemas das Bibliotecas Universitárias Brasileiras estão em função de fatores sócio-econômicos, determinados pelas diversas áreas em que se divide o país. Há, em regra geral, falta de definição dos objetivos, carência de verbas e desatualização dos acervos. A centralização ainda necessita de estruturação adequada e a falta de pessoal técnico e auxiliar, capacitados, constitui um entrave ao seu desenvolvimento.

Situar os problemas das bibliotecas universitárias brasileiras, não nos parece fácil diante dos múltiplos fatores que um país como o nosso apresenta. Há, de fato, problemas gerais brasileiros comuns à maioria dessas bibliotecas, mas, sem dúvida, há problemas específicos regionais, frutos de uma infra-estrutura primária e de condições econômico-financeiras deficientes das universidades localizadas em áreas de menor rentabilidade e, conseqüentemente, sem possibilidades de atender aos objetivos definidos para uma biblioteca universitária.

É certo, como observa Gelfand (1), que nos países em vias de desenvolvimento, e o nosso se inclui entre eles, os objetivos das bibliotecas universitárias não estão perfeitamente claros, dentro da própria organização das universidades, o que resulta da falta de compreensão da importância que ela deve desfrutar nessas comunidades.

Apesar da formação do bibliotecário no Brasil ter sido iniciada há vinte anos, é, apenas, de 10 anos o reconhecimento e regulamentação profissional. Embora seja curto esse período de reconhecimento profissional, não se justifica a existência de preconceitos contra o bibliotecário a quem nem sempre se dá a oportunidade de atuar nos planejamentos e instalações de serviços de sua competência. Nesses 10 anos em que a profissão ganhou maior aprovação social, é de se notar a mais cuidada formação, ministrada pelas Escolas de Biblioteconomia.

Os bons serviços de bibliotecas e documentação existentes entre nós testemunham a boa formação do bibliotecário brasileiro e justificam o seu recrutamento para



atuar em órgãos de planejamentos, em bibliotecas empresariais do Sul do país e em organismos internacionais.

Se há, em verdade, esse reconhecimento, certo é, também, que grande número de bibliotecários que trabalha na área governamental, notadamente em bibliotecas universitárias, se queixa da falta de apoio e incentivo para desenvolver programas de expansão de acervos e aquisição de novos equipamentos.

OBJETIVOS

A nosso ver, os objetivos da biblioteca universitária só estarão perfeitamente aceitos e compreendidos, quando a Universidade, pressionada pelos seus mestres, alunos e técnicos incluam como reivindicações prioritárias as sugestões e recomendações apresentadas pelos bibliotecários em seus relatórios de trabalho, e artigos publicados, que são frutos da experiência vivida e de resoluções de congressos profissionais. Está faltando, porisso, um dar de mãos de usuários e bibliotecários, para que se concretizem os ideais de quem serve e de quem quer ser melhor servido.

Se há necessidade de tornar claros, nas leis e regulamentos das universidades brasileiras os seus objetivos, é evidente a necessidade de se criar condições de manutenção dos serviços e que estas sejam criadas desde o planejamento da instituição, com previsão evolutiva dos mesmos. Recursos de manutenção e assistência são básicos em qualquer planejamento, especialmente, em se tratando de serviços bibliotecônicos, cuja tendência é o crescimento constante da busca da informação.

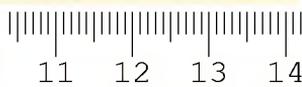
Não é menos evidente a necessidade de aumentar os quadros de pessoal técnico e auxiliar, para atender a essa demanda.

ATUALIZAÇÃO DOS ACERVOS

Os acervos da maioria das bibliotecas universitárias carecem de atualização, tanto das coleções de periódicos, como de novos títulos monográficos, notadamente estrangeiros. Essas falhas são sentidas pelos pesquisadores e estudiosos, que se frustram ao recorrerem a elas para a elaboração de seus trabalhos e não as encontram.

Essa desatualização é fruto da falta de recursos financeiros, os quais, como não são incluídos nas previsões orçamentárias, ficam a mercê da política financeira das administrações universitárias. O que é sentido, realmente, é o decréscimo anual de verbas, destinadas a melhoria dos acervos dessas instituições.

Em face dos problemas enumerados, resta ao bibliotecário recorrer aos pedidos de



doações, dirigidos a entidades estrangeiras ou solicitar fotocópias a outros órgãos especializados, não deixando assim completamente desassistido o frequentador de sua biblioteca.

CENTRALIZAÇÃO

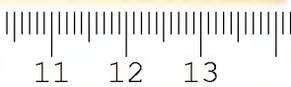
A centralização da Biblioteca universitária é tema muito discutido nos meios profissionais, há mais de 20 anos. Até agora, porém, poucas conclusões têm sido postas em prática com relação ao assunto, divergindo as opiniões quanto à forma de centralização a adotar: — Deve haver uma centralização global de serviços e acervos, existindo apenas uma única biblioteca universitária? — A centralização deve ser dos serviços técnicos e de referência e de descentralização dos acervos nas unidades? — Deve haver centralização por áreas? Essas questões têm sido levantadas e defendidas por grupos de interessados, bibliotecários, professores, especialmente aqueles que fizeram cursos em universidades estrangeiras, mas as soluções não são encaminhadas com o mesmo calor e entusiasmo.

O que realmente existe em matéria de centralização são, na maioria, arremedos desse sistema, sem instalações adequadas, sem amparo legal e disponibilidades financeiras.

Existem trabalhos e atividades realizados por algumas bibliotecas centrais universitárias dignas de nota, mas a maioria delas não conseguiu superar todos os problemas da centralização.

As chamadas pequenas universidades são as que maiores dificuldades enfrentam para superar os problemas da centralização de suas bibliotecas. Como dissemos no início, onde as possibilidades e recursos financeiros são maiores como São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Brasília, as atividades biblioteconômicas se destacam das demais.

- (1) Gelfand, M. A. — Les bibliothèques universitaires des pays en voie de développement. Paris, UNESCO, 1968, 178 p.



OS PROCESSAMENTOS TÉCNICOS DIFICULTAM OU ACELERAM A INFORMAÇÃO?

Laura Garcia Moreno Russo
Presidente da FEBAB
Bibliotecária Chefe da Divisão de
Documentação da Prefeitura do
Município de São Paulo.

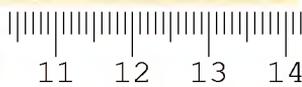
A eficiência da atividade bibliotecária depende hoje, não só de bons acervos, de equipamentos e instalações adequadas, mas, sobretudo, da maior ou menor capacidade do bibliotecário em se ajustar à realidade do mundo em que vive. Serão improfícuas as campanhas de estímulo à criação de bibliotecas e de enriquecimento bibliográfico, se não forem seguidas de uma atividade paralela de incorporação técnica desses acervos, para acesso rápido pelo público, seja por meio de catálogos, seja diretamente nas estantes.

A multiplicação do material bibliográfico, em todos os ramos do saber humano, torna-o quase incontrolável pelas bibliotecas e, por isso, proliferam na literatura profissional os programas de atividade cooperativa.

Visando facilitar o trabalho do bibliotecário, no que concerne ao seu mais árduo e respeitável desempenho — os processamentos técnicos — muitas teses foram apresentadas nos seis Congressos de Biblioteconomia e Documentação, realizados no Brasil, de 1954 a 1971.

Frutos da experiência cotidiana e da própria observação, essas teses suscitaram grandes debates, sendo seus princípios adotados por alguns, criticados por muitos, mas, principalmente por aqueles que não quiseram abandonar enraizados métodos de trabalho.

A preocupação dos que se empenharam em modificar os velhos sistemas, foi espelhada não só em Congressos, mas também na criação de vários serviços de aquisição planejada, de catalogação cooperativa, de intercâmbio de catalogação e, mais recentemente, de catalogação na fonte.



NADA ESTÁ FEITO, ENQUANTO HÁ ALGUMA COUSA POR FAZER

Este enunciado de César define bem a situação das bibliotecas públicas no Brasil. Sua pobreza de acervos, equipamentos e pessoal mostra a estagnação dessa instituição que deve ser, no mundo civilizado, a primeira de uma comunidade.

Os mencionados programas tiveram o mérito de procurar solução para os graves problemas da falta de verbas, duplicação desnecessária de acervos e dificuldades de processamentos técnicos, porém, o isolamento, o exagerado tecnicismo e a falta de padrões de trabalho, levaram as bibliotecas a uma situação nada lisonjeira.

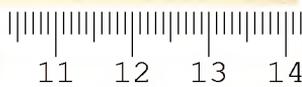
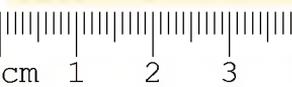
Discute-se com profundidade qual o sistema mais sofisticado de classificação bibliográfica e a exata aplicação de seus símbolos envaidece qualquer bibliotecário. Em contrapartida, a utilização de classificações simplificadas é muito comum, pois é sabido que elas servem como um meio de rápido atendimento público. Entretanto, o paradoxo é perfeito. Os bibliotecários que se atrevem a usá-las conseguem simultaneamente duas coisas: ordenar os livros nas estantes e classificar a si mesmos como profissionais retrógrados, apegados a sistemas e métodos arcaicos de trabalhos.

Os quadros a seguir, ilustram uma faceta da atividade bibliotecária — os processamentos técnicos. Seus dados foram obtidos mediante a computação do tempo empregado para o preparo de dez (10) obras, incluindo duas enciclopédias de vários volumes. Uma vez obtidos os padrões, foram eles testados no preparo de 483 obras existentes na mesma biblioteca.

Atender com presteza ao universitário, ao pesquisador, ao cientista, nas bibliotecas universitárias e especializadas é dever do bibliotecário, mas o dever avulta, em se tratando de consulentes das bibliotecas públicas, que além de seu público específico, vivem hoje invadidas por estudantes de todas as categorias. Sejam para elas voltadas todas as atenções, dando-lhes o melhor de nosso esforço. Seus problemas são tantos e tão grandes que não acreditamos sejam eles resolvidos com o trabalho isolado, nem mesmo pela automação.

É necessário que o bibliotecário assuma seu verdadeiro lugar junto ao leitor e lute pela global automação dos serviços rotineiros, cuja valorização exagerada já pertence a uma idade que agoniza. Concretamente, isto significa liquidar a concepção estática da biblioteca, substituindo-a pela visão dinâmica de um mundo em completa transformação, do qual o bibliotecário é integrante.

Tendo em vista o número insuficiente de técnicos de todas as categorias, do qual não é exceção o bibliotecário e, em face da imensa responsabilidade que hoje lhe



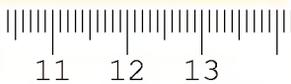
**PROCESSAMENTOS TÉCNICOS – ESTABELECIMENTOS DE PADRÕES
TEMPO GASTO PARA PROCESSAR UM LOTE DE 10 OBRAS**

<i>ROTINAS DE TRABALHO</i>	<i>TEMPO DE EXECUÇÃO</i>	
	<i>MINUTOS</i>	<i>Horas</i>
1. Recepção da obra, carimbo e registro em livro ou em ficha	15 minutos cada obra	2:30
2. Pesquisas para entradas de nomes e entidades	15 minutos cada obra	2:30
3. Classificação decimal de Dewey, CDU, ou Library of Congress	30 minutos cada obra	5:00
4. Catalogação da ficha matriz com rubrica de assunto	15 minutos cada obra	2:30
5. Catalogação: desdobramento da matriz e remissivas	180 minutos 60 fichas	3:00
6. Envelopes-bolsos e etiquetas	15 minutos cada obra	2:30
7. Alfabetação das fichas e intercalação nos catálogos	60 minutos	1:00
		<u>19:00</u>

10 OBRAS = 19 HORAS

<i>TEMPO</i>	<i>HORAS</i>			<i>BIBLIOTECÁRIOS</i>	<i>OBRAS</i>
	<i>JORNADA DIÁRIA</i>	<i>JORNADA SEMANAL</i>	<i>JORNADA MENSAL</i>		
Integral	7:30 *	37:30 ***	165:00 ****	1	86
Parcial	6:00 **	30:00	132:00	1	69

- * O tempo integral no Brasil é de 8 horas. Houve desconto de 30 minutos diários
- ** O tempo parcial é de 6:36. Houve desconto de 36 minutos diários.
- *** A jornada semanal é de 5 dias.
- **** A jornada mensal é de 22 dias.



**PROCESSAMENTOS TÉCNICOS – ESTABELECIMENTO DE PADRÕES
SALÁRIOS E CUSTO DE CADA OBRA EM CRUZEIROS**

TEMPO INTEGRAL*			TEMPO PARCIAL*		
SALÁRIO MENSAL	OBRAS PROCESSADAS	Cr\$ CUSTO P/OBRA**	SALÁRIO MENSAL	OBRAS PROCESSADAS	Cr\$ CUSTO P/OBRA
1.200,00	86	13,95	1.200,00	69	17,39
1.500,00	86	17,44	1.500,00	69	21,73
1.800,00	86	20,93	1.800,00	69	27,53
2.000,00	86	23,25	2.000,00	69	28,98
2.200,00	86	25,58	2.200,00	69	31,88
2.500,00	86	29,06	2.500,00	69	36,23
3.000,00	86	34,88	3.000,00	69	43,47

* Não há vinculação entre os salários e as jornadas de tempo parcial ou integral. Há inteira liberdade de contratação de serviços técnicos e científicos.

** O material de consumo não foi computado no custo de cada obra processada.

é confiada, torna-se imprescindível analisar o problema e encontrar o caminho exato que lhe levará a uma atuação mais destacada nos programas educacionais e de desenvolvimento do país.

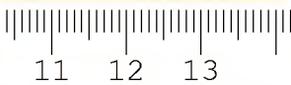
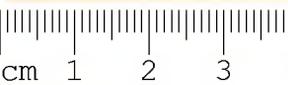
As tarefas são de tamanha envergadura, que novos métodos deverão ser empregados, para evitar que cada livro entre milhares, seja estudado, analisado, classificado, catalogado, tantas vezes, quantas sejam as bibliotecas que o adquira.

A automação completa e os programas cooperativos têm como objetivo maior liberar o bibliotecário, a fim de situá-lo como intermediário entre o livro e o leitor, do qual vive afastado. A atividade assim exercida é na expressão de André Maurois, comparada a "um filtro entre a torrente de livros e a sede de instrução das massas".

A desnecessária repetição, com perda incalculável de tempo e de verbas, em detrimento do público, só será evitada com a criação de Centros de Processamentos Técnicos, que tanto podem funcionar junto às BIBLIOTECAS ESTADUAIS ou como EMPRESAS COMERCIAIS, em consonância com as EDITORAS do país.

Não estamos pregando novidade e também não é utópico pensar que possamos resolver com êxito o problema. Tudo tem como base a conscientização dos bibliotecários e dos poderes públicos.

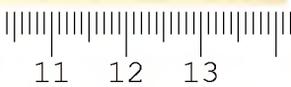
..... O O O



DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES

BIBLIOTECÁRIO

1. Selecionar, com base em bibliografias correntes e dados coletados, o material bibliográfico, iconográfico e audiovisual.
2. Adquirir o material, através de compra, doação ou permuta.
3. Tombar o material, organizando fichários do patrimônio bibliográfico, iconográfico e audiovisual.
4. Pesquisar e identificar autores, tradutores, editores, colaboradores, ilustradores, etc., organizando fichários de nome certo, de casa editora e de série.
5. Classificar, com base em sistemas decimais, o material bibliográfico, iconográfico e audiovisual.
6. Catalogar, com base em códigos internacionais, o material bibliográfico, iconográfico e audiovisual.
7. Elaborar os catálogos auxiliares dos processamentos técnicos: catálogo de cabeçalhos de assuntos, índice numérico de assuntos, etc.
8. Elaborar catálogos dicionários ou sistemáticos, para uso do público.
9. Elaborar catálogos coletivos de livros e periódicos.
10. Levantar bibliografias.
11. Elaborar resumos, sinopses, sumários e índices.
12. Normalizar publicações.
13. Organizar serviços de duplicação e reprodução de documentos através de processos químicos, térmicos, eletrostáticos, microfotográficos, etc.

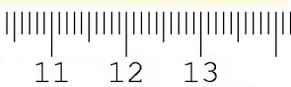
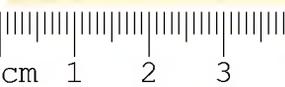


14. Planejar, organizar e dirigir bibliotecas, serviços e centros de documentação.
15. Coordenar os trabalhos de preparo do livro para uso do público.
16. Supervisionar a localização dos livros nas estantes.
17. Orientar o serviço de referência bibliográfica, informando o público pessoalmente, por escrito ou por telefone.
18. Organizar coleções destinadas a empréstimo domiciliar nas bibliotecas circulares, nos carros-bibliotecas e caixas ambulantes.
19. Organizar atividades culturais, cívicas, e recreativas, atendendo ao tipo e natureza da biblioteca.
20. Levantar dados e elaborar relatórios estatísticos do movimento de consulta.
21. Selecionar, adquirir e catalogar, classificar e reproduzir material em Braille e atender aos deficientes da visão.

QUALIFICAÇÃO EXIGIDA:

Diploma de Bacharel em Biblioteconomia, expedido por escola oficial ou oficializada.

..... O O O



DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES

ATENDENTE DE BIBLIOTECA

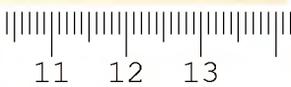
1. Receber e conferir as obras adquiridas; abrir as folhas dos livros brochados; carimbar e numerar os volumes.
2. Desdobrar fichas para os catálogos, com base na ficha matriz elaborada pelo bibliotecário.
3. Alfabetar fichas.
4. Etiquetar ou gravar o número de chamada na lombada das obras; colar o envelope bolso para empréstimo.
5. Preparar listas de aquisição e encadernação.
6. Receber as requisições de livros dos consulentes; localizar e encaminhar as obras solicitadas.
7. Manter a ordem e o silêncio nos salões de leitura e controlar a distribuição dos lugares.
8. Fiscalizar a correta utilização do acervo, evitando que as obras sejam mutiladas.
9. Recolher as obras consultadas, colocando-as nas estantes, de acordo com o número de chamada.
10. Proceder à leitura das estantes.
11. Efetuar, renovar e controlar a inscrição de leitores e o serviço de empréstimo.
12. Reclamar a devolução das obras emprestadas e não devolvidas no prazo estabelecido.
13. Encaminhar ao bibliotecário a relação dos livros extraviados ou mutilados.
14. Fornecer elementos para a organização das estatísticas das Bibliotecas.

QUALIFICAÇÃO EXIGIDA

1º grau completo

Datilografia

Sugestões apresentadas ao DASP pela FEBAB em 1968 e 1973.



INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

Órgão do Ministério da Educação e Cultura, criado pelo Decreto-Lei 93, de 21 de dezembro de 1937, tem, entre outras atribuições, incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional.

1. O Instituto Nacional do Livro firma convênios com prefeituras municipais que mantêm bibliotecas e salas-de-leitura públicas, nas sedes e nos distritos municipais, mediante os seguintes requisitos:

1.1 – Inscrição no Cadastro de Bibliotecas Brasileiras (Portaria Ministerial nº 764/20.12.71) que compreende:

- a) preenchimento do questionário de registro; e
- b) atestado de funcionamento.

1.2 – Convênio, ao qual são juntados:

- a) lei de criação da biblioteca ou sala-de-leitura;
- b) comprovante de inclusão, no orçamento, de verba para manutenção e custeio da biblioteca ou sala-de-leitura.

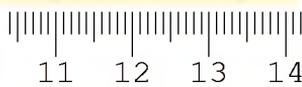
O Instituto Nacional do Livro também atende às bibliotecas públicas, nele registradas, de outras categorias como as Infanto-Juvenis e Universitárias.

Os planos de distribuição dos livros didáticos para as quatro primeiras séries do 1º grau estão a cargo das Secretarias de Educação de cada Estado, cabendo ao INL fazê-los chegar aos estabelecimentos de ensino contemplados. Queira, pois, dirigir-se, por obséquio, à Secretaria de Educação e Cultura de seu Estado.

Em razão dos recursos financeiros, destinados ao Programa do Livro Didático do Ensino Médio, serem limitados, estamos, apenas, coeditando obras indicadas pelo Departamento de Ensino Médio do MEC, as quais serão distribuídas às bibliotecas apontadas por aquele Departamento, em cada Estado.

As doações de livros-texto para o ensino superior restringem-se às áreas prioritárias de Saúde, Tecnologia, Administração e Economia, na primeira fase do Programa.

As doações às unidades universitárias são encaminhadas à Biblioteca Central de Cada Universidade, onde elas existam. Com esta medida, estamos colaborando com o Plano de aquisições Planejadas do CNPq/IBBD.



De acordo com a Portaria INL nº 372/21.12.71, as bibliotecas que possuem recursos próprios, as de repartições públicas e as especializadas só receberão doações em caráter excepcional.

O Instituto Nacional do Livro não atenderá pedidos de doações a particulares, de obras que não fazem parte de seu depósito de livros para doações e os de bibliotecas não registradas em seu Cadastro.

O INL EM TRÊS ANOS

Relatório apresentado no
Encontro de Fortaleza.

Ao assinar a Portaria 35, de 11-3-70, que determinava ao Instituto Nacional do Livro operar tão somente dentro do regime de coedição, o Ministro da Educação e Cultura, Senador Jarbas Passarinho, dava início, ao que poderíamos chamar, solicitando, por empréstimo, o título da obra de Robert Escarpit, "A Revolução do Livro no Brasil".

Naquele mesmo ano, apenas na área do livro literário, o INL coeditava 102 títulos, numa tiragem global de 582 mil exemplares, a um preço médio de Cr\$ 7,20 por exemplar.

Em 1971, nessa mesma área, o INL coeditou 199 títulos, com uma tiragem global de 1.369.000 exemplares, enquanto o preço médio do livro decaía para Cr\$ 5,20, por exemplar, contrariando os índices da inflação, àquela época, 20% ao ano.

Ainda em 1971, o sistema de coedição foi estendido ao Programa do Livro Didático, que passou a envolver recursos não só do Governo Federal como dos Governos Estaduais. Num esforço comum — e num reforço inusitado — o MEC e as Secretarias de Educação passaram a dedicar ao assunto *LIVRO* uma atenção redobrada: já não nos detivemos mais na imperativa carência de livros didáticos. Como um desdobramento da lei 5.692, exigindo e demandando a pesquisa bibliográfica, novo enfoque foi dado à criação da biblioteca pública, aberta aos estudantes, mais ampla que a biblioteca escolar, geralmente confinada apenas aos alunos, de um único estabelecimento de ensino.



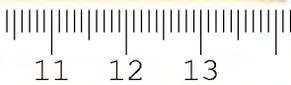
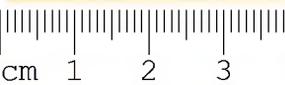
Em 1972, o Colegiado do Livro, composto pelos Diretores de Departamentos do MEC, houve por bem aprovar uma Resolução, que, coercitiva na aparência, responde, em seu bojo, a uma exigência da Reforma de Ensino: para a distribuição do livro didático, até março de 1973, terão prioridade os municípios que registraram, no INL, suas bibliotecas públicas; em 1974, *exclusividade*.

Não visava, evidentemente, o Colegiado do Livro favorecer, com tal medida, os municípios mais prósperos, mas — e principalmente — induzir aqueles mais carentes de recursos a criarem suas bibliotecas, determinando que 10% dos livros recebidos deverão ser encaminhados a esse órgão de consulta, conferindo, portanto, uma vida mais longa ao livro, habituando o estudante a consultar e a pesquisar o acervo das bibliotecas municipais.

Estes são alguns dos aspectos da Política Nacional do Livro que o Governo Federal executa com a colaboração — imprescindível — dos Governos Estaduais.

O presente documento pretende fornecer aos Secretários de Educação, reunidos neste IV Encontro, em Fortaleza, os dados mais importantes do trabalho até aqui realizado. E que, sumariamente, talvez possa ser contido nestes últimos dados: 3 anos de coedição — 775 títulos coeditados — 24.737.474 livros encaminhados às bibliotecas brasileiras e comercializados por livrarias e/ou pontos de venda, no Brasil.

Maria Alice Barroso
Diretora do INL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

Portaria 764-BSB, de 20 de dezembro de 1971.

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, no uso de suas atribuições, e considerando ser o Instituto Nacional do Livro o órgão designado para comandar no País, a política do livro;

Considerando ser a biblioteca o núcleo-base da referida política;

Considerando a importância de um levantamento do acervo bibliográfico no País para se conhecer o seu montante real.

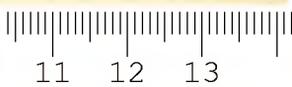
Considerando que o Instituto Nacional do Livro mantém um serviço permanente de assistência técnica às bibliotecas e tem como compromisso a implantação de novas unidades nos municípios brasileiros carentes deste benefício cultural resolve:

Art. 1º – Todas as bibliotecas oficiais, semi-oficiais, públicas, franqueadas, escolares ou especializadas, existentes no País, deverão solicitar seu registro no Instituto Nacional do Livro, para efeito de cadastramento e controle do acervo bibliográfico.

Art. 2º – O registro a ser feito no Instituto Nacional do Livro, nos termos desta Portaria, não implica a obrigatoriedade de assistência bibliográfica ou técnica, que apenas será prestada a Bibliotecas e Salas-de-Leitura convenientes com o Órgão.

Art. 3º – As Bibliotecas a que se refere o artigo 1º dessa Portaria se obrigam a fornecer, anualmente, ao INL, os dados referentes ao seu acervo, novas aquisições, ampliação ou criação de Departamentos ou Setores especializados, assim como horário de funcionamento de acordo com o modelo adotado pelo Instituto Nacional do Livro.

Art. 4º – O Instituto Nacional do Livro, de posse do questionário para registro dos dados referentes a cada Biblioteca ou Sala-de-Leitura promoverá o competente registro, expedindo o certificado.



Art. 5º — As bibliotecas fornecerão os dados estatísticos necessários ao levantamento bibliográfico do País a ser feito sob a orientação do Instituto Nacional do Livro.

Art. 6º — Esta Portaria estará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

(ass.) JARBAS GONÇALVES PASSARINHO

Publicada no D.O.União, em 21-12-71, p. 10547, Seção I, Parte I.

Portaria 372 de 21 de dezembro de 1971.

A DIRETORA DO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E NOS TERMOS DO DECRETO Nº 48.902, DE 27 DE AGOSTO DE 1960,

RESOLVE:

Artigo 1º — Ficam dispensadas da assistência a ser prestada pelo Instituto Nacional do Livro as bibliotecas que possuem recursos próprios, as de repartição pública e as especializadas.

Artigo 2º — Considerando, no entanto, o objetivo comum, que é o de propugnar pela difusão do livro e da cultura no País, as Bibliotecas caracterizadas no artigo primeiro desta Portaria poderão receber doações de livros em caráter excepcional (especiais), nos termos do item quatro (4) da Ordem de Serviço nº 32, de 10 de dezembro de 1971, a critério da direção do I.N.L.

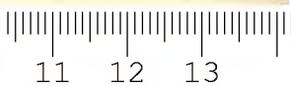
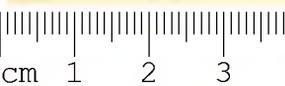
Artigo 3º — A Seção de Bibliotecas, diante da solicitação da Biblioteca interessada, elaborará uma lista especial de doação, de acordo com a categoria da mesma, tendo em vista as disponibilidades do I.N.L.

Artigo 4º — Fica revogada a Portaria nº 49, de 25 de março de 1970.

Artigo 5º — Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(a) MARIA ALICE BARROSO

Diretora do I.N.L.



**POLÍTICA DO INL PARA BIBLIOTECAS
(MEC/PLANO SETORIAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 1972-1974)**

PROJETO 33 – PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO

- 1. SENSIBILIZAÇÃO DOS GOVERNOS ESTADUAIS NO SENTIDO DE IMPLANTAÇÃO E/OU FORTALECIMENTO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS ESTADUAIS PARA QUE ASSUMAM O PAPEL QUE LHEZ COMPETE NA REDE NACIONAL DE INFORMAÇÃO.**

1.1. OBJETIVO:

Estabelecimento de sistemas regionais de bibliotecas, em cada Estado, sendo coordenadas pela Biblioteca Pública Estadual, interligação interestadual dentro das grandes regiões, e interregional dentro do País.

1.2. META:

Diagnóstico da situação dos serviços bibliotecários por Estado e grandes regiões.

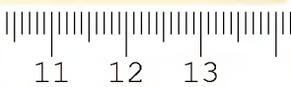
1.3. INSTRUMENTO:

Levantamentos realizados pelo MINIPLAN, IBGE, INL, IBBD, FEBAB e Secretarias de Educação e Cultura. Convênios com os Governos Estaduais/INL.

- 2. TRATAMENTO PRIORITÁRIO PARA AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, CENTROS DE COMUNIDADE COM SALAS DE LEITURA E BIBLIOTECAS AMBULANTES PARA POPULAÇÕES RURÍCOLAS.**

2.1. OBJETIVO:

Levar às populações carentes de recursos meios de ampliar sua cultura, auxiliar na formação de hábitos de leitura e possibilitar uma participação consciente na vida do país.



2.2. META:

Registro e instalação ou implementação de meios para o funcionamento de salas de leitura e/ou bibliotecas fixas ou ambulantes em cada município brasileiro.

2.3. INSTRUMENTO: — MINIPLAN — micro-regiões homogêneas, polos de desenvolvimento. IBGE — Divisão Administrativa do Brasil. (Texto e mapa ao milionésimo). INL — Cadastro de Bibliotecas. Convênios com Prefeituras Municipais, entidades como INCRA, IBAM, CNEC, ROTARY, etc.

3. FORMAÇÃO DE COLEÇÕES BIBLIOGRÁFICAS BÁSICAS, ADEQUADAS ÀS COMUNIDADES SERVIDAS PELAS BIBLIOTECAS, SALAS DE LEITURA PÚBLICAS MUNICIPAIS E BIBLIOTECAS AMBULANTES.

3.1. OBJETIVO:

Propiciar leitura didática, informativa e recreativa de acordo com os diferentes níveis etários, sócio-econômicos, profissionais, culturais e regionais.

3.2. META:

Produção de livros em coedição em quantidade e conteúdo adequados às diferentes demandas da clientela.

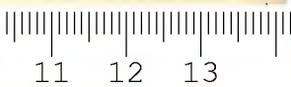
3.3. INSTRUMENTO:

Pesquisa sobre hábitos de leitura e emprego das horas de lazer. Grupo de trabalho INL/MOBRAI/MEB/DEM. Seleção

4. DIVULGAÇÃO DE PADRÕES, TÉCNICAS E INFORMAÇÕES VISANDO O APRIMORAMENTO E ADEQUAÇÃO DE SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS, DE ACORDO COM A CLIENTELA.

4.1. OBJETIVO:

Informar os responsáveis por serviços bibliotecários em técnicas mais sim-



ples e condizentes com o ambiente de áreas carentes de recursos para atrair profissionais de Biblioteconomia especializados em bibliotecas públicas.

4.2. META:

Distribuição sistemática de informações sobre serviços bibliotecários a cada biblioteca pública registrada no INL.

4.3. INSTRUMENTO:

Manuais e outras publicações editadas ou coeditadas pelo INL com informações sobre construção, instalação e serviços de biblioteca pública. Bolsas para estagiários em bibliotecas públicas. Cursos de capacitação e atualização.

5. PATROCÍNIO E/OU COLABORAÇÃO EM PROGRAMAS DE FORMAÇÃO OU TREINAMENTO DE PESSOAL DESTINADO A SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS PARA O PÚBLICO EM GERAL.

5.1. OBJETIVO:

Qualificação e capacitação de pessoal de Biblioteconomia para as funções de orientação de leitores e organização de serviços específicos de Bibliotecas Públicas Estaduais e Municipais.

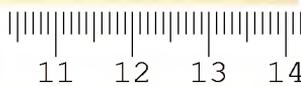
5.2. META:

Montagem de um curso de treinamento em planejamento de bibliotecas públicas e formação de atendentes de biblioteca pública.

5.3. INSTRUMENTO:

Séries metódicas, textos programados e audiovisuais em colaboração com o PIPMO, DEM e INC. Coordenadoria de Representações Municipais.

..... O O O



INL – Of. Circ. nº 14/72

Da: Diretora do Instituto Nacional do Livro

Ao: Exmo. Sr. Prefeito Municipal de

Assunto: Integração Municipalidade/INL/MOBRAL

Senhor Prefeito

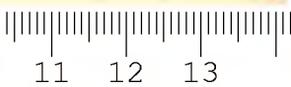
Tendo em vista a importância do trabalho que está sendo desempenhado pelo MOBRAL, alfabetizando crescentes parcelas do povo brasileiro e face à importância da **BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL, como um centro de educação continuada**, capaz de oferecer material de leitura aos recém-alfabetizados, pedimos vênha para recomendar, a essa municipalidade, seja a biblioteca pública local colocada, no horário noturno, à disposição do Representante do MOBRAL, dessa município, a fim de que nela sejam realizadas aulas de alfabetização de adultos.

Nossa recomendação, Senhor Prefeito, visa **conferir àqueles que estão se alfabetizando o hábito de frequentarem a biblioteca de sua cidade, familiarizando-os com os livros nela existentes**, além de constituir uma complementação de serviços entre o INL e o MOBRAL, ambos órgãos do Ministério da Educação e Cultura.

Muito agradeceríamos caso Vossa Excelência nos comunicasse o resultado do entrosamento aqui solicitado, a fim de que possamos incluir a biblioteca dessa cidade como **recedora do "Jornal do MOBRAL"** bem como da série de pré-livro, que será publicado sob a direção do MOBRAL/INL, série essa que visa desenvolver no recém-alfabetizado o hábito da leitura, bem como desenvolver suas aptidões profissionais.

Na oportunidade, apresentamos nossos protestos de elevada estima e sincero apreço.

Maria Alice Barroso
Diretora do INL



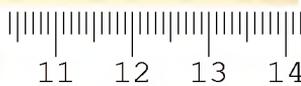
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

INCORPORAÇÃO DE SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS AO PLANO GERAL DE
EDUCAÇÃO DAS MASSAS EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Esquema de projeto preparada para atender a solicitação da Prefeitura de Guabiraba (Pernambuco) que se assemelha a vários outros pedidos diariamente recebidos na Assessoria Técnica do Instituto Nacional do Livro. Como fonte de consulta foram usados: *Función de las bibliotecas en la educación de adultos y en la educación fundamental*. Paris, UNESCO, 1951, p.121-160 e ALMEIDA, Edmilson Carvalho – *Sistemas de Programação*. Recife, SUDENE – DRH, 1971.

1. JUSTIFICATIVA

- 1.1. A biblioteca pública recolhe e distribui os frutos da experiência humana documentada.
- 1.2. Sua riqueza está à disposição de todos os membros da comunidade.
- 1.3. Não se obriga a que usem suas coleções mas sim dá-se liberdade a que cada um escolha o que lhe convém. Como consequência, os métodos imparciais da biblioteca inspiram confiança e ela se torna um ponto neutro de reunião para toda a comunidade sem que se leve em conta diferenças sociais, religiosas e culturais.
- 1.4. Uma coleção cuidadosamente escolhida quando entregue à direção de pessoa culta e compreensiva, pode exercer uma ação poderosa na campanha de melhoria do nível educativo, informativo e recreativo da comunidade.



- 1.5. A organização e manutenção de serviços bibliotecários para o público é o meio eficaz para possibilitar a educação continuada.

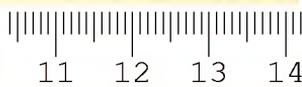
2. OBJETIVO

- 2.1. Estabelecer um sistema de leitura e estudo organizado e estável para o público em geral.
- 2.2. Conseguir a cooperação de todos os órgãos educativo-culturais do município para evitar desperdícios de recursos financeiros, materiais e humanos.
- 2.3. Estabelecida a biblioteca pública na sede, organizados e mantidos com estabilidade seus serviços, ampliá-los aos distritos ou bairros por meio de carros-biblioteca, salas-de-leitura ou caixas-estantes em rodízio.
- 2.4. A biblioteca pública, entregue a pessoal qualificado, com o tempo converter-se-á naturalmente no centro cultural da comunidade.

3. DIRETRIZES

A Prefeitura com a colaboração de instituições locais procurará estabelecer:

- 3.1. Diagnóstico que compreenderá informações que levem ao conhecimento da realidade local, como seja.
 - 3.1.1. Fatores demográficos (composição da população por nível de instrução, faixas etárias, ocupações principais).
 - 3.1.2. Condições econômicas
 - 3.1.3. Condições sociais (por ex.: qual a participação ativa das mulheres na vida cultural? As mães de família interessam-se em aprender métodos e técnicas racionais para melhoria da preparação de alimentos, higiene, cuidado com as crianças e organização do orçamento familiar?)
 - 3.1.4. Condições culturais — Crenças religiosas, tradições, analfabetismo, normas de valores, etc. poderiam dificultar a implantação de uma biblioteca aberta a toda a comunidade?



3.1.5. **Condições históricas e políticas** – Por experiências passadas, pode a comunidade descrever do novo empreendimento julgando-o apenas uma promoção para fins políticos. Se chamada a integrar o projeto poderá compreender melhor o alcance real do empreendimento.

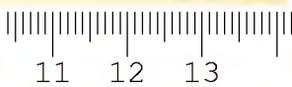
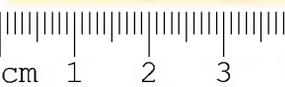
4. METAS

- 4.1. Despertar uma consciência das necessidades culturais, educacionais e recreativas da comunidade e o desejo de satisfazer essas necessidades através da biblioteca pública.
- 4.2. Despertar na comunidade, principalmente entre os jovens, o desejo de aprender e progredir.
- 4.3. Despertar o desejo de cooperar para o soerguimento do município, estado e região dentro da política de desenvolvimento do governo federal.
- 4.4. Colaborar com o MOBREAL e outros movimentos de alfabetização conseguindo material adequado para leitura de pessoas neo-alfabetizadas.
- 4.5. Interessarem-se verdadeiramente, tanto a Administração como os encarregados da biblioteca pública, em proporcionar os meios para a educação, cultura, recreação e bem estar social da comunidade.
- 4.6. Converter a Biblioteca em instituição permanente e dinâmica da vida cultural da comunidade.

5. PROJETO

Considerando-se as necessidades, interesses e recursos calculados, fornecidos pelo diagnóstico e em vista das diretrizes e metas estabelecidas, o projeto abordará:

- 5.1. Área que será atendida pela biblioteca pública e número provável de leitores a serem atendidos diariamente.
- 5.2. Pessoal treinado para a organização e atendimento dos leitores em quantidade suficiente para que a biblioteca fique em funcionamento, pelo menos 14 horas por dia.



5.3. Coleção em quantidade e qualidade suficiente para atender ao número de leitores em seus vários níveis de idade, conhecimento e interesses compreendendo obras sobre:

- a) melhoria dos meios locais de vida, como a agricultura e a indústria;
- b) primeiros socorros em problemas sanitários e de higiene;
- c) conselhos sobre nutrição, aproveitamento melhor dos alimentos e introdução de novos hábitos alimentares;
- d) cuidado com as crianças, puericultura;
- e) economia e orçamento doméstico;
- f) pequenas indústrias e artesanato;
- g) iniciação à ciência, história natural, ciências sociais, etc.;
- h) geográfica local e história da própria comunidade;
- i) questões cívicas, cooperação, compreensão dos direitos humanos;
- j) coleções didáticas;
- k) literatura recreativa.

A coleção tem por objetivo fundamental formar o gosto e o critério dos leitores na criação de um sentido verdadeiro de responsabilidade individual, coletiva e cívica.

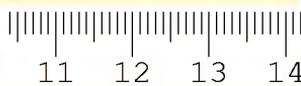
5.4. Local e equipamento

5.4.1. O local será de preferência junto ao centro, em lugar de fácil acesso e em prédio independente. Se isto não for possível, que lhe sejam concedidas salas com entrada e saída independentes daquelas do prédio do qual faz parte.

5.4.2. Equipamento, móveis etc, serão simples, sólidos, confortáveis e em quantidade suficiente para abrigar leitores e serviços de modo satisfatório.

5.5. Métodos de administração da biblioteca para assegurar a manutenção contínua e eficiente dos serviços a Municipalidade assegurará a:

5.5.1. Criação da biblioteca por lei municipal (ver Manual do Representante Municipal do INL)



5.5.2. **Inclusão no orçamento** dá dotação necessária ao custeio dos serviços bibliotecários.

5.5.3. **Instalações adequadas.**

5.5.4. **Pessoal qualificado** para as funções (se não for possível um bacharel em Biblioteconomia, um professor treinado) (do Manual do Representante Municipal do INL).

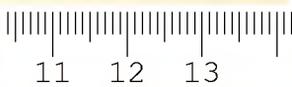
5.5.5. **Horário ininterrupto** que atenda aos interesses do público e não às conveniências pessoais dos atendentes. As inversões para manutenção de uma biblioteca são muito grandes e as instalações e coleções ficarão o mínimo possível ociosas.

5.5.6. **Técnicas bibliotecárias** com as seguintes qualidades: simplicidade, economicidade e adaptabilidade. O encarregado do serviço além de treinamento poderá solicitar a supervisão de pessoal qualificado da Biblioteca Pública Estadual.

5.5.7. **Atividades da biblioteca e serviços de extensão** que contribuem para a melhor utilização das coleções, conhecimento mútuo da clientela e conhecimento pelo encarregado das necessidades individuais de cada leitor:

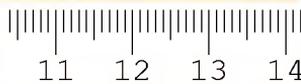
- a) **serviços aos grupos** por meio de instrução de como utilizar os recursos bibliográficos existentes, exposições, debates, projeções, palestras, concursos de artes e literários, representações, concertos e outras atividades culturais e recreativas;
- b) **serviço ao leitor individualmente** através de estímulo, orientação e busca do material necessário ao leitor respeitando seu nível de conhecimento, idade e desenvolvimento cultural;
- c) **serviços de extensão** para os municípios que residem em distritos mais afastados ou em bairros longe do centro urbano tais como: salas de leitura, caixas-estantes, carros e barcos-biblioteca.

5.6. **Coordenação e legislação** assim como se mantém escolas, centros de saúde e outros serviços sociais assim serão mantidas as bibliotecas como serviço obrigatório a ser prestado à comunidade. A biblioteca pública municipal, criada por Lei Municipal terá seus recursos garantidos por ocasião da votação do orçamento. Assim ela poderá manter com segurança e continuidade as despesas referentes ao local de funcionamento, móveis e equipa-



mento, material bibliográfico e audiovisual, material de consumo necessário aos trabalhos e manutenção do prédio, serviços de terceiros (luz, água, comunicações, etc.), o pessoal necessário ao atendimento em horário longo e ininterrupto (pelo menos 14 horas seguidas mas em geral 15 horas) incluindo-se sábados e por vezes os domingos. É bom lembrar que a grande freqüência de nossa bibliotecas públicas é constituída por estudantes que estudam e trabalham, habitam em casas que nem sempre lhes proporcionam o conforto e o silêncio necessário ao estudo. Os intervalos entre as refeições, o tempo que antecede e se segue ao horário de trabalho e escola é utilizado para ida à biblioteca. Os dias de folga são consagrados ao estudo e por isso é necessário que as bibliotecas permaneçam abertas, acolhedoras, organizadas e eficientes a serviço daqueles que desejam e podem construir um Brasil melhor.

..... O O O



– MINUTA DE CONVÊNIO PARA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL –

Estando o Instituto Nacional do Livro vivamente empenhado em promover relevante movimento cultural em todo território nacional, tenho o prazer de solicitar a indispensável colaboração de V.Sa., a ser representada pela criação, nesse município, de uma biblioteca pública.

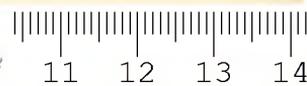
É lícito confiar-se nos benefícios que adviriam dessa experiência, a comprovarem-se por manifestações inequívocas na vida social e econômica cotidiana dessa comunidade.

Assim, informo que este Instituto, com o necessário apoio ministerial, daria, permanentemente, substancial auxílio à iniciativa, através de doações de livros e assistência técnica conforme os termos do convênio ora submetido a V.Sa.

INSTRUÇÕES:

Cumpre-nos esclarecer que se tornam indispensáveis as seguintes condições para execução do mencionado auxílio:

- a) comunicação oficial de V.Sa. ao Instituto Nacional do Livro da fundação e instalação da biblioteca pública municipal; por instalação, nesse caso, entende-se um mínimo de estantes, mesas e cadeiras para os consulentes, dispostos em sala ou salas especiais;
- b) comunicação ao Instituto Nacional do Livro do ato que criou a biblioteca pública municipal;
- c) designação de um ou mais funcionários para os serviços da biblioteca;
- d) compromisso, da parte da Prefeitura, de promover a consignação em orçamento de uma verba, modesta embora, especialmente destinada às despesas da biblioteca.



CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL E O INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO PARA A INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA BIBLIOTECA PÚBLICA.

A Prefeitura Municipal de
representada pelo Ilmo. Sr. Prefeito
e o Instituto Nacional do Livro, órgão do Ministério da Educação e Cultura, representado por seu Diretor
pelo presente convênio, ajustam o seguinte:

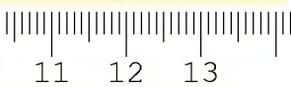
1º – A Prefeitura Municipal de
obriga-se, mediante resolução da respectiva Câmara de Vereadores, a criar, instalar e manter, ou a continuar mantendo, caso já tenha existência efetiva entre os serviços da Municipalidade, uma Biblioteca Pública destinada a desenvolver o gosto pela leitura e a disseminar a cultura entre os Municípios.

2º – Além do sedimento da Biblioteca, a Prefeitura se obrigará a fazê-la instalar com mobiliário, material bibliográfico e de expediente indispensável aos serviços, bem como proverá a sua direção por pessoa de reconhecida capacidade para o cargo, garantindo-lhe remuneração condigna.

3º – A Prefeitura Municipal louvar-se-á na orientação do Instituto Nacional do Livro para a organização e atenderá as sugestões do referido órgão tendo em vista a planificação técnica dos serviços, em benefício de sua maior eficiência, rendimento e amplitude do raio de alcance da respectiva ação educativa e cultural.

4º – O Instituto Nacional do Livro, logo após a instalação da Biblioteca, far-lhe-a doação inicial de 450 volumes e periodicamente fará outras remessas, proporcionalmente ao número de volumes adquiridos pela Prefeitura com a utilização, inclusive, dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

5º – O Instituto Nacional do Livro proporcionará, em tempo oportuno, bolsa de estudo ao bibliotecário local, no intuito de dar-lhe formação profissional adequada, devendo a Prefeitura Municipal satisfazer as convenções que forem fixadas para a concessão de tal benefício.



6º – O Instituto Nacional do Livro prestará assistência técnica à biblioteca, sempre que isso lhe seja solicitado ou julgue conveniente, a título de fiscalização ou aprimoramento do trabalho.

7º – A Prefeitura Municipal atribuirá, anualmente, em seu orçamento, verba mínima de 10 (dez) salários mínimos regionais, para aquisição de obras destinadas ao acervo da Biblioteca.

8º – A Prefeitura Municipal se obriga a conservar e manter o acervo doado pelo Instituto Nacional do Livro e, no caso de extinção da Biblioteca, a comunicar o fato ao Instituto Nacional do Livro, para efeito de autorização e transferência do mesmo.

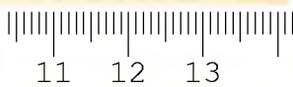
9º – A Prefeitura Municipal compromete-se, sob a orientação do Representante Municipal do Instituto Nacional do Livro a organizar uma "Sociedade de Amigos da Biblioteca", constituída de pessoas gradadas, alheias aos serviços municipais e dotadas de espírito de cooperação e de boa vontade com a incumbência de zelar por tudo quanto represente interesse para os objetivos da biblioteca.

10º – Na Biblioteca, serão realizadas exposições de livros e permitir-se-á, em sua sede, atividades culturais diversas, tais como conferências, palestras, debates de assuntos de interesse para a comunidade, sob a orientação da "Sociedade Amigos da Biblioteca". O Instituto Nacional do Livro, notificado em tempo sobre os programas, dará a melhor colaboração às iniciativas.

11º – Caberá à Prefeitura Municipal, 30 dias após a assinatura do atual Convênio, elaborar e por em vigência o Regulamento interno da Biblioteca, do qual constem horário de funcionamento, obrigações do funcionalismo e do público para com a instituição.

12º – O presente convênio vigorará por tempo indeterminado e sua rescisão far-se-á mediante aviso com 30 dias de antecedência, por qualquer das partes, o que só poderá ocorrer por motivos relevantes ou excepcionais.

13º – Os entendimentos entre as partes serão feitos pelo Sr. Prefeito Municipal e o Sr. Diretor do Instituto Nacional do Livro, ou por pessoas por eles designadas.



14º – Para todos os efeitos de execução e aplicação do presente convênio fica eleito o fôro de Brasília, Capital Federal.

15º – A vigência do presente convênio será contada a partir da data de sua aprovação e assinatura pelo Instituto Nacional do Livro.

Este convênio, depois de lido e achado conforme, para sua firmeza e validade, é assinado pelas partes e pelas testemunhas, em três (3) vias de igual teor, ficando uma em poder da Prefeitura e as duas outras com o Instituto Nacional do Livro.

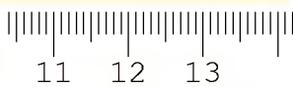
Brasília, de de 19

Diretora do INL

Prefeito Municipal

Testemunha

Testemunha



MODELO DE LEI CRIANDO A BIBLIOTECA MUNICIPAL

LEI Nº

A Câmara Municipal de ,
Estado de aprovou e eu, em seu nome,
sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º — Fica criada, na Sede do Município, a Biblioteca Pública Municipal
“ ”
subordinada à administração do (Serviço ou Departamento).

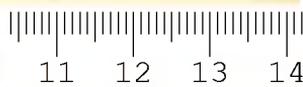
Artigo 2º — Fica aberto, no orçamento vigente, o crédito (especial/Suplementar)
Cr\$ (.)
.)
destinado a despesas de instalação da Biblioteca.

Artigo 3º — Fica o Sr. Prefeito Municipal autorizado a despende até Cr\$
. (.)
.)
para contratação (ou pagamento) de funcionários
para os serviços da referida Biblioteca.

Artigo 4º — Fica o Prefeito Municipal autorizado a firmar convênio com o Ins-
tituto Nacional do Livro, do Ministério da Educação e Cultura, para
efeito de manutenção e assistência técnica, propondo a inclusão no
próximo orçamento de uma dotação correspondente ao valor de 10
(dez) salários mínimos da região, para aquisição de livros.

Artigo 5º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

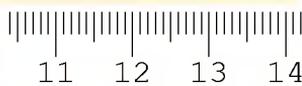
NOTA: — Este modelo pode ser alterado ou adaptado pela Municipalidade, po-
rém não pode prescindir da destinação das verbas pelos funcionários e
aquisição de livros.



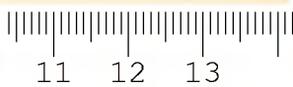
INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO
COMISSÃO BRASILEIRA DA CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL

A Comissão Brasileira da Classificação Decimal Universal (IBBD/CDU), criada pelo Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, pela Resolução nº 70, de 1958, RESOLVE, em sua VIGÉSIMA NONA Reunião, realizada no Rio de Janeiro, GB, nos dias 29, 30 e 31 de janeiro na Escola Interamericana de Administração Pública (EIAP) da Fundação Getúlio Vargas:

- 29.1 – Tomar conhecimento com pesar do falecimento do Prof. S.R. Ranganathan em Bangalore.
- 29.2 – Apresentar congratulações à Profª Hagar Espanha Gomes por ter sido empossada na Presidência do IBBB, cargo que vinha exercendo na categoria de Vice-Presidente.
- 29.3 – Aceitar o oferecimento da Profª Hagar Espanha Gomes de incluir no *IBBD Notícias* uma seção referente aos trabalhos da Comissão e às últimas extensões e correções da CDU recém-publicadas.
- 29.4 – Tomar conhecimento do pronunciamento da Profª Hagar Espanha Gomes sobre a possibilidade de criação de um centro de vendas de publicações da FID no IBBB.
- 29.5 – Receber a visita da Bibliotecária-Chefe do Instituto Tecnológico de Aeronáutica Sra. Lourdes Mesquita Siqueira a convite do Prof. Abner L.C. Vicentini.
- 29.6 – Receber a visita da Bibliotecária-Chefe do Museu Paraense "Emilio Goeldi" Sra. Clara Maria Galvão a convite do Prof. Abner L.C. Vicentini.
- 29.7 – Receber a visita da Profª Lydia de Queiroz Sambaquy que prestou à Comissão informações sobre as atividades da CATRA – Coordenação Técnica para Reforma Administrativa com sede na Fundação Getúlio Vargas.
- 29.8 – Tomar conhecimento do relatório oral sobre as atividades da FID/CCC durante o ano de 1972 e da Reunião anual da FID/CCC realizada em Budapeste durante a 36ª Conferência geral da FID, apresentado pelo Prof. Abner L.C. Vicentini.
- 29.9 – Receber cópias de documentos distribuídos pela FID e FID/CCC correspondentes ao ano de 1972.



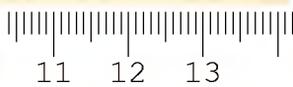
- 29.10 – Tomar conhecimento das PE da CDU – 054 Pesquisas, Descobertas, Invenções; 056 Normalização; 502 História Natural; 528 Geodesia; 549 Mineralogia; 627 Portos, Canais, Engenharia Hidráulica; 628.4 Higiene Urbana; 666.1/.28 Tecnologia do vidro; 681.7 Instrumentos e aparelhos óticos – que entrarão em utilização a partir de fevereiro e abril de 1973.
- 29.11 – Tomar conhecimento da PE 72-29, de 31 de agosto de 1972, a vigorar a partir de 28 de fevereiro de 1973, relativa a – *05 Pessoas* (tabela auxiliar l.k).
- 29.12 – Tomar conhecimento do documento C 72-18, de 11 de agosto de 1972, referente à proposta de revisão global para os números auxiliares de *Tempo* (tabela auxiliar l.g.).
- 29.13 – Tomar conhecimento da resolução da FID/CCC de que qualquer tabela da CDU deverá ser editada com seu respectivo índice.
- 29.14 – Solicitar ao IBBD providências para tradução do documento C 72-32, de 30 de novembro de 1972, intitulado "Alphabetical subject indexes for the UDC" (original alemão).
- 29.15 – Encaminhar aos membros da IBBD/CDU a tradução mencionada na resolução 29.14.
- 29.16 – Recomendar ao IBBD providências para aquisição da coleção completa dos fascículos já publicados da edição desenvolvida inglesa editada pela British Standards Institution.
- 29.17 – Recomendar ao IBBD a indicação do Pe. Astério Campos para presidente da FID/C1 (Filosofia, exceto Psicologia) com Secretaria no IBBD.
- 29.18 – Sugerir a admissão como membro da IBBD/CDU a Bibliotecária Maria Nazareth Pereira, da Divisão de Documentação da SUDAM/REBAM, utilizadora da CDU.
- 29.19 – Sugerir a admissão como membro da IBBD/CDU a Bibliotecária Lourdes Mesquita Siqueira, do Instituto Tecnológico de Aeronáutica.
- 29.20 – Receber Neyde Pedroso Póvoa, Chefe da Seção de Processos Técnicos da Divisão de Biblioteca e Documentação da Universidade de São Paulo, nesta Reunião, como suplente do membro Maria Luiza Monteiro da Cunha.
- 29.21 – Tomar conhecimento do Relatório das atividades da Comissão, no período de julho de 1969 até o presente, apresentado pela Sra. Irene de Menezes Dória.



- 29.22 – Receber informações do Prof. Antonio Agenor Briquet de Lemos quanto ao trabalho de atualização da tradução da classe 32 desenvolvida e tradução da classe 61 desenvolvida, elaborados pelo Departamento de Biblioteconomia da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Fundação Universidade de Brasília, sob a coordenação do Pe. Astério Campos.
- 29.23 – Encarregar Cordelia Robalinho Cavalcanti da revisão da tradução da classe 34 a 342 desenvolvida e tradução das respectivas extensões e correções.
- 29.24 – Encaminhar a Cordelia Robalinho o texto traduzido pelo Pe. Astério Campos para conclusão da resolução 29.23.
- 29.25 – Receber para datilografia o trabalho de revisão da tradução da classe 354 a 359 desenvolvida elaborado por Guaraciaba F. de Azeredo Coutinho.
- 29.26 – Encarregar Zenóbia P.S. de Moraes Bastos da atualização do trabalho de revisão e tradução da classe 55 desenvolvida para ser publicado em suplemento até a Série 8.
- 29.27 – Sugerir que os trabalhos de revisão das edições desenvolvidas sejam atualizados por suplementos.
- 29.28 – Encaminhar à CP/CDU a classe 621.3 – Engenharia Elétrica, revista por Alice Camargo Guarnieri do Instituto de Eletrotécnica de São Paulo e pelo Engenheiro Antonio Sebastião Rodrigues Coelho da Montreal Engenharia S.A. devidamente aprovada pela Comissão.
- 29.29 – Solicitar ao IBBD providências para datilografia da edição desenvolvida da classe 7 – Belas Artes, com as respectivas atualizações.
- 29.30 – Solicitar ao IBBD a reprodução da edição desenvolvida da classe 8 – Filologia e Literatura.
- 29.31 – Encaminhar à CP/CDU um exemplar da classe 8 desenvolvida para revisão e crítica.
- 29.32 – Remeter um exemplar da edição desenvolvida da Classe 8 para o Sr. G.A. Lloyd do Departamento de Classificação da FID.
- 29.33 – Remeter um exemplar da edição desenvolvida da classe 8 para o membro da Comissão Maria Antonieta Requião Piedade.
- 29.34 – Receber da CP/CDU a edição desenvolvida da classe 9 para revisão e crítica, conforme correspondência datada de 31 de outubro de 1972.
- 29.35 – Solicitar a Profª Lucinda Coutinho de Mello Coelho para proceder a estudo e revisão da parte introdutória da classe 9 da CP/CDU.



- 29.36 – Tomar conhecimento da carta do Prof. José Pedro Pinto Esposel, Coordenador do GT – História, com referência à segunda tabela expansão da classe 981 – História do Brasil.
- 29.37 – Receber a visita da Profª Lucinda Coutinho de Mello Coelho para explanação oral e conclusão do trabalho de expansão da classe 981.
- 29.38 – Remeter carta aos membros do GT – História agradecendo a colaboração prestada à IBBD/CDU na realização do trabalho de expansão da classe 981.
- 29.39 – Consignar votos de louvor à Profª Lucinda Coutinho de Mello Coelho pela efetiva colaboração proporcionada à Comissão.
- 29.40 – Encaminhar à FID, para transformar em PBR, a expansão da classe 981, comunicando o fato à CP/CDU.
- 29.41 – Remeter à CP/CDU exemplares do trabalho de expansão da classe 981 – História do Brasil.
- 29.42 – Solicitar ao Prof. Abner L.C. Vicentini a entrega, em mãos, das classes 621.3 e 981 revistas pela IBBD/CDU ao Sr. Rogerio Lopes de Souza, Diretor Interino do Centro de Documentação Científica de Portugal, na próxima Reunião da FID, em Bonn.
- 29.43 – Tomar conhecimento do relatório oral, apresentado pelo Sr. José Cruz Medeiros, sobre o trabalho de revisão geral da Edição média em língua portuguesa.
- 29.44 – Tomar conhecimento do prazo estabelecido, pelo Sr. José Cruz Medeiros, para entrega até o dia 2 de abril, do texto revisto da Edição média para impressão.
- 29.45 – Recomendar ao IBBD providência para que seja encaminhado à CP/CDU um exemplar da Edição média, após entrega da respectiva revisão, para exame.
- 29.46 – Receber a visita da Profª Elvia de Andrade Oliveira para prestar informações sobre estudos e testes (listagens) elaborados para mecanização do índice da Edição média em língua portuguesa da CDU.
- 29.47 – Comunicar ao IBBD a necessidade de que o índice mecanizado da Ed. média em língua portuguesa pelo qual se responsabilizou na 28ª Reunião, realizada em Belo Horizonte (Resolução 28.5), seja concluído dentro de curto prazo.
- 29.48 – Comunicar ao IBBD que a Comissão optou pelo sistema ELVCDU2, preparado por Elvia de Andrade Oliveira, para o índice mecanizado da Edição média portuguesa.



- 29.49 – Elaborar carta-circular para ser enviada a todos os membros da IBBD/CDU fazendo consulta quanto a possibilidade de continuar integrando a Comissão.
- 29.50 – Recomendar aos membros da Comissão a indicação de nome de outro especialista, face à impossibilidade mencionada na Resolução 29.49.
- 29.51 – Recomendar ao IBBD a ampliação do número de membros da Comissão e decorrente modificação do Regimento interno da IBBD/CDU, a fim de possibilitar a representação das novas escolas de Biblioteconomia, criadas no Norte e Nordeste, que atuarão como divulgadores naturais do sistema, em seus respectivos Estados.
- 29.52 – Decidir que quaisquer membros designados para integrar o Grupo Executivo da IBBD/CDU deverão residir na cidade da sede da Secretaria da Comissão.
- 29.53 – Reiterar a resolução 24.12 de ampliação de recursos financeiros para manutenção da IBBD/CDU.
- 29.54 – Recomendar o estabelecimento de uma Secretaria permanente no IBBD como infra-estrutura de apoio aos trabalhos elaborados pela Comissão.
- 29.55 – Consignar votos de louvor à Secretaria da Comissão pelo desenvolvimento das tarefas que lhe foram atribuídas.
- 29.56 – Estabelecer a data da 30ª Reunião, em Belém do Pará, por ocasião da realização do 7º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, para o dia 2 de agosto.

– Irene de Menezes Dória
Presidente da IBBD/CDU

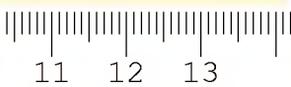
– Francisco Figueiredo Luna de Albuquerque
1º Vice-Presidente da IBBD/CDU

– Alice Príncipe Barbosa
2º Vice-Presidente da IBBD/CDU

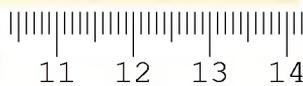
– Abner Lellis Corrêa Vicentini
Ministério das Minas e Energia, DF

– Antonio Agenor de Lemos
Departamento de Biblioteconomia da
Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da
Fundação Universidade de Brasília, DF

– Cordelia Robalinho Cavalcanti
Câmara dos Deputados, DF



- Fidelina dos Santos
Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, GB
- Hagar Espanha Gomes
Presidente do IBBD
- Guaraciaba F. de Azeredo Coutinho
Fundação Getúlio Vargas, GB
- Malvina Vianna Rosa
Faculdade de Odontologia da UFRGS
- Maria Antonieta Requião Piedade
Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara
- Maria Emília Amaral de Mello e Cunha
Enciclopédia Britânica, GB
- Maria Helena Gomes de Paiva
Instituto Brasileiro de Estatística da
Fundação IBGE, GB
- Maria Martha de Carvalho
Escola de Biblioteconomia da UFMG
- Maria Thereza Guimarães Ferreira de Albuquerque
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, GB
- Noemia Lentino
de São Paulo
- Regina Helena Tavares
Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, GB
- Zenóbia Pereira da Silva de Moraes Bastos
Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo
- Zuleide Medeiros de Souza
Biblioteca Central da UFPE
- Walkiria de Almeida Carvalho Silva
Secretária da IBBD/CDU



**INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO
COMISSÃO BRASILEIRA DA CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL
(IBBD/CDU)**

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA SEGUNDA

DIRETORIA, EMPOSSADA EM 18 DE JULHO DE 1969

1 – SITUAÇÃO ANTERIOR

Ao início de suas atividades, era a seguinte a situação da IBB/CDU:

1.1 – Edição Média

1.1.1 – Traduzidas pelo Pe. Astério Campos as classes:

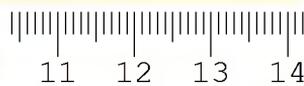
- a) Tabelas auxiliares
- b) 0/2; 3; 5/54; 55/59; 7/9

1.1.2 – Designados como relatores das revisões dessas classes:

- a) Elton Eugênio Volpini – tabelas auxiliares
- b) Edson Nery da Fonseca – classe 0
- c) Maria Helena Gomes de Paiva e Maria Thereza G. Ferreira de Albuquerque – classe 1 e 2
- d) Irene de Menezes Dória – classe 3, exceto 34
- e) Regina Porto Macedo – classe 34
- f) Maria Emília de Mello e Cunha – classes 5/54
- g) Felisbela L.M. Carvalhos – classes 56/59
- h) Zenóbia Pereira da Silva – classe 55
- i) Malvina Vianna Rosa – classe 61
- j) Noêmia Lentino – classe 7
- l) Maria Antonietta Requião Piedade – classes 8 e 9

1.1.3 – Designados como tradutores das classes 62 a 69

- a) classe 62 – Maria Luiza Monteiro da Cunha
- b) classe 63 – Antonio Agenor Briquet de Lemos



- c) classe 64 – Maria Helena Gomes de Paiva e Maria Thereza G. Ferreira de Albuquerque
- d) classe 65 – Irene de Menezes Dória
- e) classes 66/69 – Maria Emilia de Mello e Cunha

1.1.4 – Designado Elton Eugênio Volpini como relator geral do índice, a ser feito parceladamente pelos revisores e tradutores das respectivas classes.

1.1.5 – Designado Pe. Astério Campos como revisor final dos originais para publicação, a fim de dar uniformidade à redação das classes.

1.1.6 – Estabelecido o prazo para entrega dos originais ao IBBD, até 30 de junho de 1969.

1.2 – Tabelas da CDU

Na 23ª reunião de 21 a 22 de novembro de 1968 foi recomendada, pela sua resolução 23.29, a solicitação à FID “para que o IBBD seja o depositário das publicações da FID, principalmente quanto às tabelas da CDU, para facilitar sua distribuição e divulgação no Brasil”.

2 – SITUAÇÃO EM 1969

2.1 – Recursos Financeiros

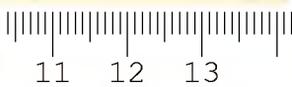
Por ocasião da 24ª reunião, realizada de 16 a 18 de julho, foi solicitado à antiga presidente do IBBD, Sra. Celia Zaher, “o estabelecimento de um plano para ampliação de recursos financeiros destinados à manutenção da IBBD/CDU”. (24.12)

2.2 – UDC Revision Procedure

Foi encomendado ao Professor Abner Vicentini a tradução desse trabalho (publ. FID 429), (24.17), (27.24), (27.44) e (28.4).

2.3 – Edição Média

2.3.1 – Foi encomendado ao Pe. Astério Campos o cotejo entre o texto alemão e o texto francês, tendo em vista as modificações introduzidas no texto original (24.15)



2.3.2 – Por ocasião do 2º Congresso Regional sobre Documentação, realizou-se a 25ª Reunião (25 nov.) na qual ficou estabelecido o seguinte:

- a) Impressão da edição média em dois (2) volumes: v. 1 – Ciências Humanas (0/3 – 7/9); v. 2 – Ciências Naturais (5/6) acompanhados dos respectivos índices e tabelas auxiliares. (25.1)
- b) Solicitar ao IBBD a promoção da datilografia das classes prontas e revistas, já cotejadas pelo Pe. Astério, ou sejam, as classes 0/3 e 7/9. (25.7)
- c) Encomendar a Alfredo Hamar a tradução da classe 62, pela impossibilidade da mesma ser feita por Maria Luíza Monteiro da Cunha. (25.6)

2.3.3 – Pelo desligamento de Felisbela M. Carvalho foi sugerido o nome de Emília Bustamente para a revisão da classe 56/59.

2.3.4 – Foi encomendada a Nancy W. Correia a tradução da classe 69, anteriormente entregue a Maria Emília de Mello e Cunha.

3 – SITUAÇÃO EM 1970

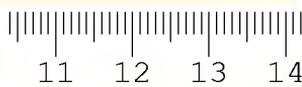
3.1 – No decorrer deste ano foram recebidas para revisão, pela IBBD/CDU, as traduções das classes 63, 64 e 65.

3.2 – Foram encomendadas a Eulália Fernandes as traduções das classes 62, 67 e 68, na impossibilidade de as mesmas serem feitas por Alfredo Hamar e Maria Emília de Mello e Cunha.

3.3 – Foi remetida a CP/CDU, com prazo de quatro meses para devolução, a tradução da edição média – classes 0/3 e 7/9.

3.4 – A FID não concordou com a publicação da edição média com a estrutura sugerida pela IBBD/CDU em sua resolução 25.1 em volumes separados: Ciências Humanas e Ciências puras.

3.4.1 – Este fato atrasou a impressão da mesma, pois não foram entregues as revisões da classe 5 nem as traduções da classe 6.



3.5 – Índices

3.5.1 – Por ocasião da 26ª Reunião de 3 a 4 de setembro foram considerados revistos os índices das classes 0, 2, 33, 34, 36, 8 e 9 e parte das Tabelas Auxiliares.

3.5.2 – Ficaram para ser revistos os índices das classes 1, 35 a 39.

3.5.3 – Os índices das classes 30 a 32 já haviam sido feitos anteriormente junto à edição desenvolvida dessas classes.

3.5.4 – Todos os índices elaborados em fichas pelos diversos colaboradores, foram depois de revistos enviados ao Pe. Astério Campos, para revisão geral da estrutura, da forma e da terminologia. (26.11)

4 – SITUAÇÃO EM 1971

4.1 – Edição Média

4.1.1 – Foi encomendada a Maria Martha de Carvalho a revisão das classes 5/54 por não poder terminá-la Maria Emília de Mello e Cunha.

4.1.2 – Foi entregue ao GT de Tecnologia da Associação Paulista de Bibliotecários a revisão da classe 62 traduzida por Eulália Fernandes.

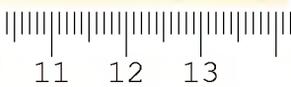
4.1.3 – Foi encomendada a Zuleide Medeiros de Souza a revisão das classes 63 e 64.

4.1.4 – Foi encomendada a Margarida Pinto Oliveira a revisão da tradução da classe 65 feita por Irene de Menezes Dória.

4.1.5 – Foi solicitada ao Centro de Informações Tecnológicas do Instituto Nacional de Tecnologia a revisão da classe 66 traduzida sob a coordenação de Maria Emília de Mello e Cunha.

4.1.6 – Foi encomendada a Francisco Figueiredo Luna de Albuquerque a revisão das classes 67 e 68, traduzidas por Eulália Fernandes.

4.1.7 – Foi confiada a Irene de Menezes Dória a revisão da classe 69.



4.2 – Edições Desenvolvidas

Foi designado Abner Vicentini para preparar uma edição trilingue da Edição Especial da classe 629.7. (27.34)

4.2.1 – Recebida a tradução da classe 72, feita por Tereza Almásio Hamel.

4.2.2 – Designada a mesma pessoa para rever a tradução da classe 71.

4.2.3 – Idem Zuleide Medeiros de Souza para rever a tradução das classes 73/76 e 78/79.

4.2.4 – Idem Maria Antonietta Requião Piedade para rever a tradução da classe 8.

4.2.5 – Idem Regina Helena Tavares e Fidelina Santos para revisão da edição especial da classe 37.

4.2.6 – Idem Guaraciaba de Azeredo Coutinho para rever a tradução da classe 35.

4.2.7 – Idem Sara Correia para a classe 34.

4.3 – Classe 981 – História do Brasil

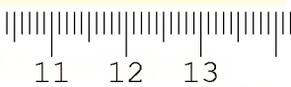
4.3.1 – Recebida da CP/CDU a edição desenvolvida da classe 9.

4.3.2 – Designados Noemia Lentino e Pe. Astério Campos para respectiva revisão e confronto com a edição média.

4.3.3 – Designada Noemia Lentino para coordenar um GT a ser constituído em São Paulo para expansão da classe 981.

4.4 – Vigésima Oitava Reunião – Belo Horizonte. 8 de julho.

4.4.1 – Nesta reunião foram entregues as colaborações de Margarida Pinto Oliveira e Nancy W. Correia quanto à revisão da classe 65 e tradução da classe 69 (edição média)



4.4.2 – Entregue igualmente a revisão da classe 8 (edição desenvolvida) por Maria Antonietta Requião Piedade.

4.4.3 – Entregue por Zenobia Pereira da Silva a revisão da classe 528 (edição média).

4.4.4 – Comunicação de Zuleide Medeiros de Souza sobre a impossibilidade de fazer a revisão da tradução das classes 73/76, 78/79 e 63/64.

4.4.5 – Foi sugerida a elaboração do índice da Edição Média, por processo automatizado.

5 – SITUAÇÃO EM 1972

5.1 – Diante da aceitação da organização do índice da edição média por processo automatizado, os termos indexados em fichas foram considerados obsoletos pelo revisor geral.

5.1.1 – A IBBD/CDU solicitou então a Elvia de Andrade Oliveira, especialista em programação de índices, o estudo de uma linguagem adequada à CDU.

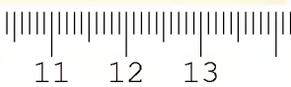
5.1.2 – Foi programada uma Reunião Extraordinária da Diretoria e do Grupo Executivo, realizada nos dias 13, 14 e 15 de setembro de 1971 para a discussão do estudo em questão.

5.1.3 – Nessa reunião foi designada Alice Príncipe Barbosa para assinalar parte das Tabelas Auxiliares e entregar a Elvia de Andrade Oliveira para a respectiva programação.

5.1.4 – Elvia de Andrade Oliveira declarou que no momento não podia ser feita a amostragem por falta de computador adequado.

5.1.5 – Nessa ocasião foi recebido o trabalho de revisão da tradução da classe 62.

5.1.6 – Na Segunda Reunião Extraordinária do Grupo Executivo, realizada nos dias 16 e 17 de março de 1972, chegou-se à conclusão de que não seriam levados a bom termo os trabalhos da IBBD/CDU sem uma infraestrutura de apoio.



5.1.6.1 – Para tal, elaborou-se uma exposição de motivos dirigida à então presidente do IBBD, com as seguintes recomendações:

“PRINCIPAIS ITENS A SEREM LEVADOS EM CONTA NA REESTRUTURAÇÃO DA IBBD/CDU”

1 – Relacionamento do IBBD com a FID/CCC:

1.1 – Recebimento direto das comunicações da FID sobre as atividades da CCC, que devem ser encaminhados à IBBD/CDU.

1.2 – Recebimento das propostas de Extensões e Correções, para estudo da Comissão.

2 – Nova Estrutura:

2.1 – Diretoria (1 Presidente, 2 Vice-Presidentes, 2 Secretárias) que se reuniria uma vez por mês.

2.2 – Grupo Executivo – composto de 5 membros – especialistas, residentes em uma mesma cidade (Guanabara, São Paulo e Brasília), que se reuniria uma vez por mês, para cuidar da tradução e revisões das tabelas da CDU.

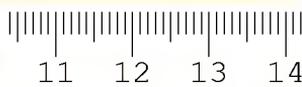
2.3 – Assembléia Geral, que se reuniria uma vez por ano, para opinar sobre os trabalhos do GE.

3 – Estrutura de Apoio:

3.1 – Secretaria permanente, constituída das Secretárias da IBBD/CDU e uma datilógrafa em RDE.

3.2 – Instalação própria e equipamento necessário: mesas, fichários, arquivos, máquina de escrever.

3.3 – Material de trabalho: todas as Extensões e Correções, atualizadas.



3.3.1 – Todas as Extensões e Correções acumuladas: a de 1949/1964 (6 v.) a de 1964/1968 (1 v.): 1968/1970 (1 v.).

3.3.2 – Todas as tabelas desenvolvidas publicadas em inglês e francês e a tabela média francesa.

4 – Colaboração da IBBD/CDU com a FID/CCC:

4.1 – Estudo das comunicações enviadas pela CCC e consequente tomada de posição.

4.2 – Apresentação de propostas de Extensões e Correções.

5 – Outras atividades da IBBD/CDU:

5.1 – Relacionamento com os usuários da CDU, aceitando sugestões e orientando estudos.

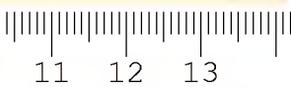
5.1.6.2 – A Presidente do IBBD considerou as recomendações justas, mas disse que o IBBD não estava em condições de acatá-las. Pediu, outrossim, que em vista das muitas solicitações que vinha recebendo sobre a edição média, seria necessário concluir a sua revisão e entregar os originais o mais rápido possível ao IBBD para datilografia.

5.1.7 – Em abril foram entregues a Alice Príncipe Barbosa os originais da edição média pela presidente da Comissão que fez, pessoalmente, a revisão de várias classes na impossibilidade de terem sido feitas pelas pessoas anteriormente indicadas: 56 a 59, 63 a 64, 66 e 9.

5.1.7.1 – O trabalho foi entregue faltando, em grande parte, ser datilografado.

5.1.7.2 – Entregue à Gráfica do IBBD o trabalho foi devolvido pelo linotipista, que o considerou inadequado para impressão.

5.2 – Classe 981 – Foi entregue a um grupo de tarefa, no Rio de Janeiro, coordenado pelo Professor José Pedro Pinto Esposel, o trabalho original de expansão dessa classe.



5.3 – Reunião extraordinária da IBBD/CDU, realizada em São Paulo em 19 de junho.

5.3.1 – Essa reunião, entre outras, tomou as seguintes Resoluções que deveriam ser levadas à Assembléia Geral:

5.3.1.1 – Propor a impressão do índice da edição média, na forma tradicional, caso a automação do mesmo demore mais de 6 meses.

5.3.1.2 – Reproduzir a classe 7 tal como está, para remessa a Portugal.

5.3.1.3 – Imprimir a classe 3 desenvolvida em partes separadas, notadamente as subclasses: 32, 34, 35 e 37.

6 – SITUAÇÃO ATUAL

6.1 – Edição média – Dada a impossibilidade de ser impressa pela Gráfica do IBBD, em vista da má apresentação das tabelas, o trabalho foi entregue a um revisor geral, Sr. Medeiros, que está procedendo a uma revisão definitiva, quanto à uniformidade da terminologia e "limpeza" dos originais.

6.1.1 – Índice – O índice está paralisado, pois muitas de suas fichas foram extraviadas. Espera-se a decisão da Assembléia Geral sobre a resolução tomada em São Paulo nº 1 de 19 de junho de 1972 (5.3.1.1).

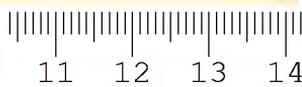
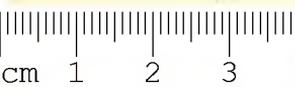
6.2 – Edições Desenvolvidas

6.2.1 – Classe 9 – Enviada outra edição (definitiva) pela CP/CDU para revisão do Brasil.

6.2.2 – Classe 981 – Entregue pelo GT a expansão definitiva, para ser distribuída entre os membros da IBBD/CDU, e depois posterior remessa a Portugal.

6.2.3 – Classe 8 – Está sendo revista, em definitivo, na Universidade de Brasília, para onde foram enviadas as sugestões de Maria Antonietta Requião Piedade.

6.2.4 – Classe 7 – Deverá ser datilografada no IBBD para remessa à CP/CDU para revisão de Portugal.



6.2.5 – Classe 621.3 – Recebida esta classe da CP/CDU para revisão do Brasil foi entregue, em São Paulo, a Alice Camargo Guarnieri, que já a devolveu revista, esclarecendo que não pôde fazê-lo com consulta a especialista.

6.2.6 – Classe 61 – Está sendo traduzida na Universidade de Brasília, para onde foram enviadas as sugestões de Malvina Vianna Rosa, revisora da edição média.

6.2.7 – Classe 55 – Atualizada por Zenobia Pereira da Silva, deve ser reimpressa pelo IBBD.

6.2.8 – Classe 37 – Pronta, faltando datilografar o índice, será distribuída e divulgada este ano.

6.2.9 – Classes 34 e 35 – Entregues a Sara Correia, Marieta Novack, Saura Kikue e Guaraciaba Azeredo Coutinho para revisão e atualização.

6.2.10 – Classe 32 – Está sendo revista na Universidade de Brasília, para onde foram enviadas as revisões anteriores feitas por Irene de Menezes Dória.

7 – PROGRAMA PARA 1973

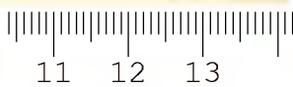
7.1 – Impressão da edição média.

7.2 – Impressão das classes desenvolvidas: 32, 34, 35, 37, 55, 61, 7 e 8.

8 – NOVA DIRETORIA

8.1 – Em julho do corrente ano terá lugar em Belém do Pará a 30ª Reunião da IBBD/CDU, quando será eleita a nova Diretoria.

8.1.1 – Os membros da IBBD/CDU deverão encaminhar ao IBBD os nomes de seus candidatos à Presidência, Vice-Presidência e Grupo Executivo, até 30 de maio p.f., para a devida divulgação pelo IBBD dos nomes que devem ser votados na próxima Assembléia Geral.



9 – CONCLUSÕES

9.1 – Não estamos satisfeitos com o trabalho realizado neste quase quadriênio. Temos consciência, porém, que todos os esforços foram envidados para a obtenção de um melhor resultado.

9.2 – Estamos certos, também que sem uma infra-estrutura de apoio e sem uma ampliação, pelo IBBD, de recursos financeiros destinados à Comissão, esta continuará a produzir a prazo longo, como vem acontecendo até agora.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1973

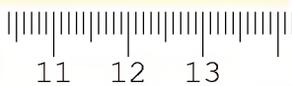
Irene de Menezes Dória, Presidente

Francisco Figueiredo Luna de Albuquerque, Vice-Presidente

Alice Príncipe Barbosa, 2ª Vice-Presidente

Walkiria de Almeida Carvalho Silva, 1ª Secretária

..... O O O

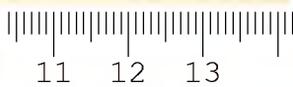


INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO
COMISSÃO BRASILEIRA DA CLASSIFICAÇÃO DECIMAL UNIVERSAL

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DA GUANABARA

REALIZADA EM 12 de OUTUBRO DE 1972

Presença	Entidade
Hagar Espanha Gomes	Vice-Presidente do IBBD no exercício da Presidência
Irene de Menezes Doria	Presidente da IBBD/CDU
Francisco Figueiredo Luna de Albuquerque	1ª Vice-Presidente da IBBD/CDU
Walkiria de Almeida Carvalho Silva	Secretária da IBBD/CDU
Fidelina dos Santos	Serviço de Bibliografia do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
Guaraciaba F. de Azeredo Coutinho	Fundação Getúlio Vargas
José Pedro Pinto Esposel	Arquivo Geral do Banco Central do Brasil e Departamento de Documentação do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense
Maria de la Encarnación España Iglesias	Arquivo Nacional
Maria Emília Amaral de Mello e Cunha	Enciclopédia Britânica
Maria Lucia B. Coimbra	Representando Lydia Combacau de Miranda do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores no Estado da Guanabara
Maria Thereza Guimarães Ferreira de Albuquerque	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Regina Helena Tavares	Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais



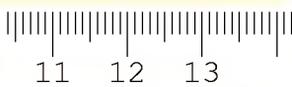
A Profª Lucinda Coutinho de Mello Coelho, membro do GT-História do Brasil, se justificou quanto a impossibilidade de comparecer à Reunião pois estaria participando de um Encontro de especialistas em Campinas, SP.

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

1. Correspondência recebida para arquivamento no processo da IBBD/CDU.
 2. Documentos apresentados provenientes da FID através do Prof. Abner L.C. Vicentini.
 3. O v. 3, n. 3 de 1972 do periódico *Comunicação* do Grupo de Trabalho em Tecnologia.
 4. Debates sobre o trabalho de expansão da classe 981, realizado sob a coordenação do Prof. José Pedro Pinto Esposel do GT – História, com os seguintes membros: Maria de la Encarnación España Iglesias, da Biblioteca do Arquivo Nacional e Profª Lucinda Coutinho de Mello Coelho, do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- 4.1. Etapas do trabalho:
- a) estabelecimento de grandes divisões por períodos;
 - b) explanação dos períodos;
 - c) conteúdo;
 - d) indicação dos números de classificação no índice, pela Presidente da Comissão.

RESOLUÇÕES TOMADAS:

1. Estabelecer data da próxima reunião do GT-História.
2. Reproduzir tabelas 61 e 32 para enviar ao Prof. Antonio Agenor Briquet de Lemos, Chefe do Departamento de Biblioteconomia da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Fundação Universidade de Brasília.
3. Devolver para Portugal a tabela 621.3 com correções da Sra. Alice Camargo Guarnieri, Chefe da Biblioteca do Instituto de Eletrotécnica.



CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

REGULAMENTO

Título I

DAS FINALIDADES

Art. 1º — O Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação ministrado pelo IBBD, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem como finalidade formar pessoal apto a lecionar nas escolas e nos cursos de Biblioteconomia e Documentação, no país, de acordo com a legislação em vigor (Lei nº 5.539 de 27 de novembro de 1968).

Art. 2º — O Curso que constitui as atividades de Pós-Graduação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação conduz à obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia e Documentação.

Título II

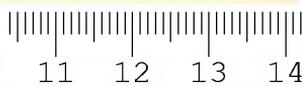
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º — O Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação terá, dentro da área de concentração, as seguintes disciplinas, com os respectivos créditos:

- a) Organização de serviços de informação (3 créd.)
- b) Catalogação avançada (3 créd.)
- c) Sistemas de classificação (3 créd.)
- d) Técnica de indexação e resumos (2 créd.)
- e) Processamento de dados na documentação (3 créd.)

Art. 4º — Como domínios conexos, constam as seguintes disciplinas, com os respectivos créditos:

- a) Programação (2 créd.)
- b) Epistemologia (2 créd.)
- c) Didática (2 créd.)
- d) Teoria dos conjuntos (2 créd.)
- e) Metodologia da pesquisa (2 créd.)
- f) Linguística (2 créd.)
- g) Teoria da comunicação (2 créd.)



Parágrafo único. Dentre as disciplinas de domínio conexo, o aluno terá de optar, no mínimo, por três.

Título III DAS CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

Art. 5º – Serão aceitos à matrícula no Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação os portadores de diplomas de cursos superiores, conferidos por instituições reconhecidas, comprovando graduação em, no mínimo, 4 (quatro) das seguintes disciplinas consideradas pré-requisitos:

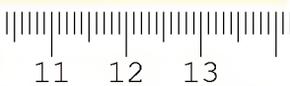
- a) Catalogação
- b) Classificação
- c) Bibliografia
- d) Organização e administração de bibliotecas
- e) Matemática superior
- f) Estatística
- g) Economia
- h) Lógica
- i) Sociologia
- j) História da Filosofia

§ 1º – Graduados em outras disciplinas de cursos superiores que não as citadas neste artigo estarão sujeitos a regime de adaptação fixado, em cada caso, pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

§ 2º – Os candidatos podem solicitar a transferência de créditos obtidos em outras instituições, cabendo ao IBBD estabelecer os critérios para revalidação.

Art. 6º – As vagas, em número de 20, serão preenchidas pelos candidatos à matrícula que atenderem também às seguintes formalidades:

- a) solicitar matrícula mediante preenchimento de formulários de admissão;
- b) apresentar fotocópia do diploma e dos certificados, quando for o caso;
- c) apresentar histórico escolar;
- d) apresentar "currículum vitae";
- e) pagar a taxa de matrícula no valor de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), o que só será feito após a seleção dos candidatos à matrícula.



Título IV DA SELEÇÃO

Art. 7º – A seleção dos candidatos será feita pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e constará do seguinte:

- a) Comprovação de domínio da língua inglesa
- b) Aprovação do histórico escolar e do "curriculum vitae"
- c) Comprovação de conhecimentos técnicos

Título V DO REGIME DIDÁTICO

Art. 8º – Cada candidato admitido terá seus estudos acompanhados por um professor Orientador, de sua livre escolha tão logo seja aceito seu pedido de matrícula.

Art. 9º – A unidade básica para avaliação da intensidade e duração do Curso de Pós-graduação é o crédito.

§ 1º – O Curso compreenderá um elenco de disciplinas totalizando vinte (20) créditos, no mínimo, mais quatro (4) créditos a serem obtidos mediante aprovação da dissertação final.

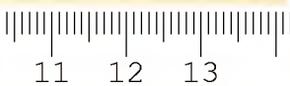
§ 2º – Para efeito de contagem de crédito, uma unidade equivale a três (3) horas de trabalho efetivo, por semana, por período letivo.

§ 3º – Considera-se como de quinze (15) semanas ou quarenta e cinco (45) horas, o mínimo de atividades para efeito de contagem de crédito.

Art. 10º – O aproveitamento será avaliado em níveis, de acordo com o seguinte critério de conceito:

- A = ótimo
- B⁺ = muito bom
- B = bom
- C⁺ = quase bom
- C = regular
- D = insuficiente

Parágrafo único – Será considerado habilitado o aluno que obtiver, em média, conceito B para o total dos 20 créditos exigidos no Art. 9º, § 1º.



Art. 11º – A verificação desses conceitos será feita através de prestação de exames parciais, trabalhos individuais ou participação em seminários, a critério do professor responsável pela disciplina correspondente e da direção do Curso.

Art. 12º – Estará habilitado ao grau de Mestre, o aluno que, além de cumprir as condições de admissão e aproveitamento, for considerado capacitado mediante apresentação de dissertação de Mestrado, que revele domínio do tema escolhido e capacidade de sistematização.

§ 1º – A dissertação deverá ser apresentada no prazo máximo de vinte e quatro (24) meses, contando aquela da data do término do último período letivo do Curso e a ela serão atribuídos quatro (4) créditos, com conceito A ou B.

§ 2º – A dissertação será apresentada datilografada, em 6 vias.

§ 3º – A dissertação será julgada por uma Comissão aprovada pelo CPEG, composta de três (3) membros, sendo um representante do Corpo Docente e dois convidados entre profissionais de reconhecimento da autoridade no tema escolhido.

Título VI DO GRAU

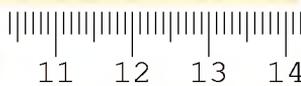
Art. 13º – O grau de Mestre deverá ser obtido no prazo máximo de 60 meses a partir da matrícula.

Art. 14º – O IBBD indicará ao CPEG os nomes dos alunos em condições de receber grau.

Parágrafo único – Os alunos a que se refere este artigo solicitarão ao órgão competente da Universidade Federal do Rio de Janeiro que lhes seja conferido o diploma de Mestre.

Título VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

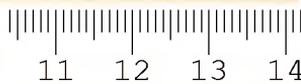
Art. 15º – O IBBD enviará, anualmente, à CPEG um relatório sobre as atividades do Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, referindo:



- a) relação dos alunos inscritos;
- b) disciplinas ministradas e respectivos professores;
- c) relação dos alunos aprovados, reprovados e desistentes;
- d) dissertações apresentadas e julgadas;
- e) síntese financeira do exercício;
- f) calendário do exercício seguinte.

Art. 16º – Os casos omissos nesta Regulamentação serão resolvidos pelo IBBD juntamente com o CPEG.

..... O O O



CONVÊNIO MEC/IBBD

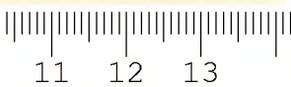
Termo de Convênio entre o Departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura, representado por seu Diretor Doutor Edmar de Oliveira Gonçalves e o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), através de seu órgão subordinado Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, representado por sua Vice-Presidente no exercício da Presidência Hagar Espanha Gomes, devidamente autorizado pelo Conselho Deliberativo do CNPq em sua 1.144ª Sessão de 13 de dezembro de 1972 (Processo CNPq 15.174-72), que se regerá pelas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira — O Departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura, repassará ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — Guanabara, auxílio financeiro na importância de Cr\$ 26.350,00 (vinte e seis mil, trezentos e cinquenta cruzeiros) para Diversos.

Cláusula Segunda — Os recursos concedidos pelo presente Convênio serão aplicados rigorosamente de acordo com o projeto, orçamento, cronograma e especificações aprovados pelo Departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura, conforme constam do Processo nº 246.831-71.

Cláusula Terceira — O encargo financeiro do Departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura, de que trata a Cláusula Primeira, no valor de Cr\$ 26.350,00 (vinte e seis mil trezentos e cinquenta cruzeiros), correrá por conta da verba destinada a este Departamento, Projeto "Assistência Técnica e Financeira às Entidades que operam no Ensino do 2º Grau" — Programa nº 09.05.2 177 — Elemento de Despesa 3.2.7.9. — Exercício Financeiro de 1972, Empenho nº 1.682.

Cláusula Quarta — Os recursos concedidos pelo Departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura só poderão ser movimentados para o fim exclusivo de liquidação da despesa de que trata o presente Convênio, obrigando-se ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — Guanabara, a prestar contas de sua aplicação, no prazo e na forma regularmente estabelecidos, observando, ainda as instruções em vigor no Ministério da Educação e Cultura e as especiais que lhe forem transmitidas por intermédio de órgãos competentes, que passam a fazer parte deste Termo.



Cláusula Quinta — A verificação do cumprimento das obrigações decorrentes do presente convênio caberá ao Departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura, que, por seu Diretor ou Representante, devidamente credenciado, poderá solicitar quaisquer informações ou vistoriar a execução do projeto, obrigando-se o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — Guanabara, a facilitar os trabalhos de fiscalização de que trata esta Cláusula.

Cláusula Sexta — No caso de dissolução da entidade a que se refere este Convênio, as instalações e benfeitorias construídas ou adquiridas com os recursos nele especificados só poderão ser alienadas ou cedidas com a prévia e expressa aquiescência do Departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura.

Cláusula Sétima — O presente Termo de Convênio terá vigência de um ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser denunciado por qualquer das partes por infringências às suas Cláusulas.

Cláusula Oitava — O presente Convênio subordinar-se-á ao foro Federal do Distrito Federal.

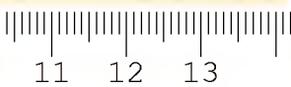
E, por estarem de acordo com os termos do presente Convênio, o Diretor do Departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura e o Vice-Presidente no exercício da Presidência do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — Guanabara, subscrevem em (5) cinco vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas que também o assinam.

Brasília, 27 de dezembro de 1972.

— **Edmar de Oliveira Gonçalves**, Diretor do Departamento de Ensino Médio. — **Hagar Espanha Gomes**, Vice-Presidente no Exercício da Presidência do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

Ofício nº 37

Publicado no Diário Oficial da União, em 10-1-1973, p. 307-308, Seção I, Parte I.



NOTICIÁRIO NACIONAL

1. NOVA DIRETORIA DA APB

Tomou posse em janeiro passado a nova Diretoria de Associação Paulista de Bibliotecários que está assim constituída: **Presidente** — Antonio Gabriel; **Vice-Presidente** — Dinah Aguiar Peblacion; **Primeira Secretária** — Neusa Dias Macedo; **Segunda Secretária** — Antonia W. Ribeiro da Silva; **Primeira Tesoureira** — Vago; **Segunda Tesoureira** — May Brooking Negrão; **Bibliotecário** — Vago; **Conselho Fiscal** — Laura Garcia Moreno Russo, Maria Antonieta Ferraz, Maria José de Freitas.

2. GRUPO BIOMÉDICO DA APB

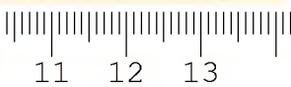
Comemorar-se-á seu 10º aniversário de atividades no dia 28 de junho, o Grupo Biomédico da Associação Paulista de Bibliotecários. São fundadoras desse grupo as bibliotecárias: Carmem Aleixo Nascimento, Cecília Fleury da Silveira, Dinah Aguiar Población, Mariza S. Teixeira Pinto e Olinda H. de Camargo, falecida recentemente.

3. CAMPANHA PARA SEDE PRÓPRIA

A Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal instituiu a campanha da Sede Própria, através do lançamento de títulos de Sócio Remido e de Sócio Benemérito, para a obtenção de fundos necessários à concretização do projeto. O título de Sócio Remido é de mil cruzeiros e o de Sócio Benemérito cinco mil cruzeiros.

4. BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Em março do corrente ano foi inaugurado o novo edifício da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, cujo planejamento foi realizado por bibliotecários americanos e brasileiros e grande parte custeada pela Ford Foundation. A responsabilidade da obra esteve afeta a arquitetos e engenheiros de Brasília. O acervo dessa biblioteca é de 200.000 obras, com mais de 5.000 títulos de periódicos. O edifício pode armazenar um acervo de 1.000.000 de volumes.



5. BIBLIOTECAS ESCOLARES

A Professora Iracema de Souza Teixeira, em palestra que realizou no centro de Formação e Treinamento de Professores, da Guanabara, salientou a importância de estimular as crianças e adolescentes para o enriquecimento de seus conhecimentos, com as experiências que os livros relatam. Disse a Professora Iracema, que são finalidades básicas da biblioteca escolar: fornecer material bibliográfico, ensinar o uso dos livros e das bibliotecas, desenvolver hábitos e atitudes, servir ao aluno e ao professor. Os bibliotecários do Brasil sentem-se felizes em ver que boa parte do magistério passou a julgar a biblioteca como indispensável aos estabelecimentos de ensino. O culto ao audiovisual perde terreno. Oxalá desse encontro com uma realidade tão sentida e tão vivida, possa haver melhor entrosamento entre bibliotecários e professores.

6. BIBLIOTECAS EM NAVIOS

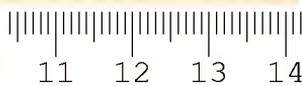
O Ministério da Marinha lançará dois empreendimentos culturais: Bibliotecas com duzentos livros para seus marinheiros e Cursos de Informações Essenciais sobre as melhores técnicas da pesca, conservação e comercialização do pescado, para os pescadores de todas as colônias localizadas ao longo do nosso litoral marítimo e fluvial. A primeira iniciativa tem o lema **Livro aberto, aprovação certa**. Cada biblioteca será entregue aos navios no início da viagem e recolhida no seu final, a fim de serem evitadas as repetições de livros.

7. A FEBAB É NOTÍCIA

A Encyclopedia of Library and Information Science publicou em seu 8º volume, p. 368-370, um artigo sobre a constituição e atividades da FEBAB.

8. VII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Realizar-se-á em Belém do Pará, de 29 a 4 de agosto, o VII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.



9. I CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO E PESQUISA DA COMUNICAÇÃO

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação realizará em Belo Horizonte, de 21 a 28 de julho o I Congresso Brasileiro de Ensino e Pesquisa da Comunicação, que inclui no temário o item Ensino e Pesquisa da Biblioteconomia e Documentação.

10. CAETANO DIAS – CIDADÃO CARIOCA

No dia 19 de março, o Professor Antonio Caetano Dias completou seu jubileu de Prata na direção da Escola de Biblioteconomia e Documentação, que, desde a sua criação, esteve subordinada ao Ministério da Educação e Cultura. A Escola passou a integrar a Federação dos Estabelecimentos Federais Isolados da Guanabara, tendo sido o Professor Caetano nomeado Diretor, por mais quatro anos.

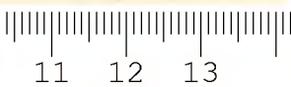
Por motivo da efeméride recebeu o ilustre Colega inúmeras homenagens de seus amigos e a Assembléia da Guanabara honrou-o com o título de Cidadão Carioca.

11. CARRO BIBLIOTECA

Desde setembro de 1972 um carro-biblioteca cedido pelo INL percorre os bairros da cidade de Goiânia. O Convênio de cessão do carro, por 6 meses, foi celebrado com a Prefeitura Municipal, que findo o prazo de 6 meses comprometeu-se a adquirir um carro semelhante. Nessa oportunidade receberá em doação do INL o acervo de 2.000 volumes, trazidos em seu carro.

O INL assinará no decorrer de 1973, Convênios com Universidades Federais. O objetivo da medida é proporcionar treinamento aos estudantes de Biblioteconomia, que percorrerão a zona rural e arredores das cidades onde se localizam as seguintes universidades:

- Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Universidade Federal do Ceará
- Universidade Federal do Maranhão
- Universidade Federal de Minas Gerais
- Universidade Federal do Pará
- Universidade Federal de Pernambuco
- Universidade Federal do Paraná
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul



12. LIVROS DIDÁTICOS

A FUNDAÇÃO DO LIVRO ESCOLAR EM SÃO PAULO classificou de SATISFATÓRIO o número de pedidos de livros didáticos, com descontos, que tem recebido, segundo declarações da Senhora Carmen Lúcia Oliveira, do Setor de Controle de Distribuição. Durante três meses a Fundação ofereceu aos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus e de nível técnico, livros didáticos, com desconto de 5%, na chamada Operação Livro Escolar.

Como acontece todos os anos, os pedidos foram enviados à Delegacia de Ensino, através das Associações de Pais e Mestres das Escolas.

Normalmente a Fundação oferece desconto de 22% aos estabelecimentos de ensino.

13. OS LIVREIROS DO RECIFE

As livrarias de Recife há anos reclamam contra a comercialização de livros didáticos que fazem os colégios, em concorrência aos livreiros, que pagam impostos. Segundo declarações do livreiro Moisés Wofenson, mais de 300 volumes encalhados foram entregues à Fundação de Material Escolar.

14. LIVROS RECEBIDOS

Introdução à Classificação: Manual para estudante; compilado e adaptado, por Rosina Alice A.P. Pazin. Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Paraná, 1973.

Seminário de Introdução ao Processamento de dados, aplicado a biblioteconomia e documentação. Relatório publicado por Hams Gravenhorst, do Instituto Bibliotecológico, da Universidade de Buenos Aires.

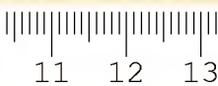
I B B D, Bibliografia Brasileira de Documentação, v. 2, 1960/1970.

Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 1, nº 2, 1972.

15. BOLETINS DAS ASSOCIAÇÕES FILIADAS

APB, boletim, v. 1, nº 1, 1973.

Associação Paulista de Bibliotecários.



ABDF, boletim, maio de 1973.

Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal.

ABC, informa, v. 2, nº 1, 1973.

Associação dos Bibliotecários do Ceará.

APBEP, boletim, v. 2, nº , 1973.

Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado de Pernambuco.

APBEB, boletim, v. 1, nº 2, 1973.

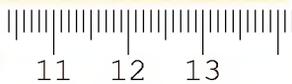
Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado da Bahia.

ARB, notícias, v. 2, nº 2, 1973.

Associação Rio Grandense de Bibliotecários.

O FEBAB, boletim informativo foi encerrado no v. 26, com 78 fascículos e 1 índice geral. A publicação abrangeu o período de 1960-1972.

..... o o o



VII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Belém, Pará, 29 de julho a 4 de agosto de 1973.

Patrocinado pelo INL e organizado pela Associação de Bibliotecários do Pará.

TEMÁRIO

Tema Central

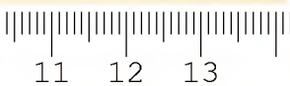
As Bibliotecas e os Centros de Documentação em função do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica.

Sub-Temas do Tema Central

Informáticas
Planejamento
Instalações e Equipamentos
Organização Bibliográfica

Temas

Documentação Agrícola
Documentação Biomédica
Documentação Jurídica e Administrativa
Documentação Sócio-Econômica
Documentação Científica e Tecnológica
Bibliotecas: infantis, escolares, ambulantes e especiais
Bibliotecas Universitárias
Bibliotecas Públicas



NOTICIÁRIO INTERNACIONAL

1. A OEA — comunica a instituição de 15 bolsas de estudo para bibliotecários latino-americanos. A representação da OEA no Brasil está a cargo do Dr. Victor Andrade Uzguiano. Av. W-3, Quadra 704, Bloco H, casa 74, telefone 42-1111 — Brasília — D.F.

2. Obra Rara

A Biblioteca Universitária de Bremen, na República Federal da Alemanha, adquiriu 5 números do semanário AVISO, provavelmente, o mais antigo e célebre jornal do mundo. Suas folhas encerram relatórios da guerra dos 30 anos (1618-1648).

3. Convênio Brasil-Bolívia

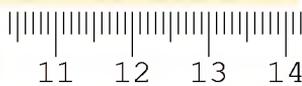
As bases para a assinatura de um convênio de intercâmbio de professores, serviços e informações entre as universidades da Bolívia e do Brasil, foram tratados em Brasília entre o Ministro Jarbas Passarinho e o Professor Miguel Tejana, presidente do Conselho Superior das Universidades Bolivianas e mais dois membros desse colegiado.

A máxima utilização dos recursos humanos, o planejamento universitário, o controle administrativo, a importância de uma biblioteca central são alguns pontos da reforma universitária que os técnicos bolivianos acham necessários à situação do Ensino Superior de seu país.

4. Congressos

Os anais do III Congresso Internacional de Reprografia realizado em Londres, de 15 a 19 de março de 1971, podem ser obtidos com Mr. Lionel J.I. Browne, no seguinte endereço: Proceedings Editor Science and Technology Publications. 32 High Street, Guilford, Surrey — England.

O II Congresso Internacional de Reprografia foi realizado em Colonia, Alemanha, de 25 a 31 de outubro de 1967. O IV Congresso Internacional de Reprografia será realizado em Hanover, de 21 a 28 de abril de 1975.



5. FID/CCC-EG – Grupo Executivo, Haia, 15 e 16 de janeiro de 1973.
6. Annual Conference of the National Federation of Abstracting and Indexing Services (NFAIS). Philadelphia, USA, 5 a 7 de março.
7. Gaithersburg (USA) Symposium on mini-computers, trends and applications, 4 de abril.
8. ISO Council meeting. Washington, 5 a 7 de setembro.
9. FID/CCC – Central Classification Committee. Berlim, 17 a 21 de setembro.
10. 47th Aslib Annual Conference. Londres, 23 a 26 de setembro.

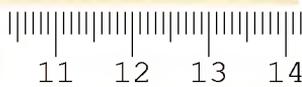
11. I SEMINÁRIO INTERAMERICANO SOBRE DOCUMENTAÇÃO AGRÍCOLA

Terá lugar no IICA-CIDIA, Turrialba, Costa Rica, o I Seminário Interamericano sobre Documentação Agrícola, com duração de 4 semanas, no período de 27 de agosto a 21 de setembro de 1973.

O objetivo desse I Seminário é capacitar pessoal nacional para a adoção de novas técnicas de documentação e para sua participação nos sistemas de informação nacional e hemisférico, de forma que possam contribuir ativamente na introdução das mudanças das estruturas da informação agrícola em seus respectivos países. Informações com: Maria Dolores Malugani, Diretora del IICA-CIDIA TURRIALBA – COSTA RICA, América Central.

12. O LIVRO INFANTIL

O Dia Internacional do Livro Infantil foi comemorado a 2 de abril, por ser a data do nascimento de Hans Christian Andersen, poeta e escritor dinamarquês, que se notabilizou pelo seu lirismo e pelo tratamento que deu ao espetáculo da vida. As festividades foram promovidas pela International Board on Books for Young People (IBBY) órgão subsidiário da Unesco, representado no Brasil pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil.



A cada ano, um país diferente é designado para promover o evento e, este ano, coube à Tchecoslováquia essa tarefa. Como parte do programa, um escritor do país escolhido deve escrever um conto e o tcheco BOHMIL RIHA produziu o conto intitulado LIVROS PARA TODAS AS CRIANÇAS DO MUNDO.

13. ISO

A International Organization for Standardization publicou dois folhetos de grande interesse para a documentação:

1. Directories of Libraries, Information and Documentation Centers (Normas para a compilação de Relatórios).
2. International Code for the Abbreviations of Titles of Periodicals. Edição revisada. (Normalização de abreviaturas de títulos de periódicos).

14. A III Conferência Internacional sobre Pesquisas em Classificação será realizada em janeiro de 1975, em Bangalore, Índia. A I Conferência foi realizada em Dorking, Inglaterra em 1957; a II em Elsimore, na Dinamarca em 1964.

15. F I D / C L A

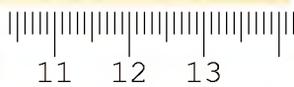
A partir de 1-1-1973, o novo presidente dessa Comissão é o engenheiro Guillermo Fernandez de La Garza, Diretor do Centro de Servicios de Información e Documentación. Secretaria: Guadalupe Carrion – MLS – México.

16. COLÔMBIA

O bibliotecário José Ignacio Bohórguez, presidente da Associação Colombiana de Bibliotecários ministrou um curso de 1 e 2 horas sobre temas bibliotecômicos na Penitenciária Nacional daquele país, ao qual compareceram professores de outros presídios. O objetivo dessas palestras foi dar informações básicas para as pessoas incumbidas de coleções de livros nas várias prisões colombianas. (Boletim da Escola Interamericana de Biblioteconomia, dezembro de 1972, p. 5).

17. SALALM

O XVIII Seminário sobre Aquisições de Materiais Bibliográficos Latinoamericanos será realizado em Port-of-Spain, Trinidad, West Indies, de 29 a 3 de maio.

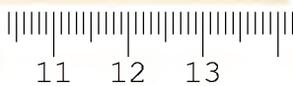


Esse Seminário será patrocinado pela Associação de Bibliotecários de Trinidad e Tobago e pela Universidade de West Indies, em Santo Agostinho.

18. A FID/CLA realizará seu 4º Congresso Regional de Documentação em Bogotá, Colômbia, de 15 a 19 de outubro de 1973, sob o patrocínio da FID/CLA, ICFES (Instituto Colombiano de la Educación Superior) e COLCIENCIAS (Fondo Colombiano de Investigaciones Científicas) com auxílio da OEA e da UNESCO. O Programa preliminar inclui: Seminário I: Automação e Tecnologia dos Serviços de Informação; Seminário II: Serviços de Informação para a Indústria; Seminário III: Sistemas Nacionais de Informação. Reuniões sobre os Projetos CATAZEN e MARCAL. Informações: Secretaria da FID/CLA, Centro de Servicios de Información y Documentación, Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología, Avda Insurgates Sur 1677, 4. piso. México 20, D.F., México.

19. Seminário sobre Biblioteca Universitária, sob a coordenação do Sr. Bernard Naylor, bibliotecário inglês, de 2 a 5 de abril na Biblioteca España, Parque Universitário, Universidad Mayor de San Marcos, Lima, Peru.

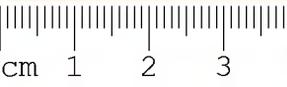
20. A Biblioteca do Congresso dos USA — publicou um Catálogo de Livros Falados. A obra foi editada pela Fundação Americana para Cegos. Está organizado pelo Sistema de Classificação Decimal de Dewey. Cada obra citada no Catálogo vem acompanhada de um resumo. Os livros são gravados em fitas magnéticas e postos à disposição dos deficientes da visão, através das Bibliotecas Regionais. Inclui, também, uma lista das Revistas faladas e ainda de produtores de livros falados.



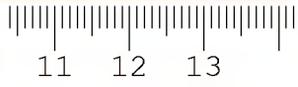
Faint, illegible text covering the majority of the page, likely bleed-through from the reverse side.



Composição e Impressão
R. Tamandaré, 1025
Fone: 278-0048
São Paulo - S.P.



Digitalizado
gentilmente por:



DIRETORIA DA FEBAB
1972/1975

PRESIDENTE	– Laura Garcia Moreno Russo
Vice-Presidente	– Antonio Gabriel
Secretária Geral	– Elza Lyrio Mello
Primeira Secretária	– Benilda José de Souza
Segunda Secretária	– Esmeralda Maria de Aragão
Primeira Tesoureira	– Maria Alice de Toledo Leite
Segunda Tesoureira	– Nara Maldonado de Carvalho
Bibliotecária	– Marlene Gomes Martinez
Observador Legislativo	– Adelia Leite Coelho

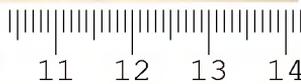
ASSOCIAÇÕES FILIADAS

- 1 – Associação Paulista de Bibliotecários
- 2 – Associação Profissional de Bibliotecários do Estado de Pernambuco
- 3 – Associação Profissional de Bibliotecários do Estado da Guanabara
- 4 – Associação Riograndense de Bibliotecários
- 5 – Associação Profissional de Bibliotecários do Estado da Bahia
- 6 – Associação dos Bibliotecários Municipais de São Paulo
- 7 – Associação de Bibliotecários de Minas Gerais
- 8 – Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal
- 9 – Associação Campineira de Bibliotecários
- 10 – Associação dos Bibliotecários do Ceará
- 11 – Associação dos Bibliotecários Sãocarlenses
- 12 – Associação Paraense de Bibliotecários
- 13 – Associação Bibliotecária do Paraná
- 14 – Associação Amazonense de Bibliotecários
- 15 – Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Maranhão

Preço fasc. 22,50
Ass. anual 90,00



Digitalizado
gentilmente por:





Digitalizado
gentilmente por:

